

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LETRAS  
CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS

JANAÍNA OLIVA BORSATTI

**REPRESENTAÇÕES DE VIOLÊNCIA NOS CONTOS: “ANA DAVENGA” “DUZU-  
QUERENÇA” E “MARIA”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

PATO BRANCO – PR  
2019

JANAÍNA OLIVA BORSATTI

**REPRESENTAÇÕES DE VIOLÊNCIA NOS CONTOS: “ANA DAVENGA” “DUZU-  
QUERENÇA” E “MARIA”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado ao curso de Licenciatura em Letras-Português/Inglês da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Campus Pato Branco, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Linha de pesquisa: Literatura Brasileira.

Orientador: Marcos Hidemi de Lima

## TERMO DE APROVAÇÃO



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Câmpus Pato Branco  
Departamento Acadêmico de Letras  
Coordenação do Curso de Letras Português/Inglês



### DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS

### FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor (a): **Janaina Olivo Borsatti.**

Título: **Representações de violência nos contos: "Ana Davenga", "Duzu Querença" e "Maria", de Conceição Evaristo.**

Trabalho de conclusão de curso defendido e Aprovado em  
5/12/2017, pela comissão julgadora:

**Prof. Dr. Marcos Hidemi de Lima- UTFPR Pato Branco**  
Orientador(a) e Presidente da Banca

**Prof. Dr. Pedro Afonso Barth- UTFPR Pato Branco**  
Membro da Banca Examinadora

**Profa. Ma. Márcia Oberderfer Consoli - UTFPR Pato Branco**  
Membro da Banca Examinadora

VISTO E DE ACORDO:

\_\_\_\_\_  
**Prof.ª Ma. Rosângela Aparecida Marquezi**

Coordenadora do Curso de Letras Português/Inglês

A folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso.

Dedico este trabalho a todas as mulheres, em especial às mulheres guerreiras e batalhadoras de minha família e também às mulheres que sofrem todo e qualquer tipo de preconceito, em especial as negras e marginalizadas pela sociedade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me abençoar com muita saúde e força para encarar os desafios encontrados ao longo do curso, permitindo-me chegar até aqui e por estar sempre me iluminando, guiando e protegendo.

Agradeço minha família por todo o amor, carinho e força, especialmente aos meus pais, que nunca me deixaram perder a fé e tanto lutaram pela minha educação. Aos meus colegas pelas experiências, pelos momentos de angústia e alegria compartilhados.

Agradeço ao meu namorado que, acima de tudo, é um grande amigo, que sempre me incentivou e compreendeu minha ausência pelo tempo dedicado aos estudos.

Meus sinceros agradecimentos a todos os professores do curso de Letras, que muito nos ensinaram ao longo da graduação. Sou imensamente grata ao meu querido orientador, professor Dr. Marcos Hidemi de Lima, por ter aceitado meu convite, por sempre me amparar e conduzir da melhor forma possível e por não medir esforços para que esse trabalho se desenvolvesse, contribuindo assim com meu crescimento pessoal e profissional.

Não poderia deixar de agradecer as minhas amigas e colegas Dayane e Maria Juliana pela paciência, companheirismo, conselhos e por todo o aprendizado que compartilhamos.

Enfim, sou grata a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram e estiveram comigo durante minha formação acadêmica. De coração, o meu muito obrigada!

"Pajem do sinhô-moço, escravo do sinhô-moço, tudo do sinhô-moço, nada do sinhô-moço. Um dia o coronelzinho, que já sabia ler, ficou curioso para ver se negro aprendia os sinais, as letras de branco e começou a ensinar o pai de Ponciá. O menino respondeu logo ao ensinamento do distraído mestre. Em pouco tempo reconhecia todas as letras. Quando sinhô-moço se certificou que o negro aprendia, parou a brincadeira. Negro aprendia sim! Mas o que o negro ia fazer com o saber de branco? O pai de Ponciá Vicêncio, em matéria de livros e letras, nunca foi além daquele saber."

Conceição Evaristo, *Ponciá Vicêncio*

## RESUMO

BORSATTI, Janaína O. **Representações de violência nos contos: “Ana Davenga” “Duzu-Querença” e “Maria”, de Conceição Evaristo.** 2019. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português-Inglês). Curso de Graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2019.

A temática do presente estudo se inscreve no sentido de analisar a violência física e simbólica e a marginalização das figuras femininas afro-brasileiras nos contos “Ana Davenga”, “Duzu-Querença”, “Maria”, pertencentes ao livro *Olhos d’água* (2016), da escritora Conceição Evaristo. Trata-se de um livro de contos, vencedor do Prêmio Jabuti, nessa categoria, em 2015. Observa-se, nesta obra, que a escritora expõe, com o emprego de uma linguagem poética, a existência da mulher, especialmente a de ascendência negra. Em *Olhos d’água*, Conceição direciona o seu foco de interesse à população afro-brasileira, narrando, de forma crítica, a pobreza e a violência urbana que envolve sobretudo as mulheres. A violência é um tema presente nos três textos analisados, principalmente no contexto social no qual são descritas. Ocorrendo de várias maneiras, a violência se apresenta de forma simbólica, bem como de forma de violência física. Apesar de a violência urbana ser atualmente considerada um problema de amplitude nacional, atingindo todas as classes, a favela é o espaço principal para a ocorrência da violência como mecanismo de preponderância masculina e como estratégia de sobrevivência. Em comum, as três personagens, Ana Davenga, Duzu-Querença e Maria, aproximam-se por sofrerem no corpo e psicologicamente a violência que as oprime no ambiente violento da cidade. Todas têm a identidade reprimida por homens que as anulam. Todas são submetidas a um poder masculino que ainda faz repercutir, em plena contemporaneidade, antigas marcas da ordem patriarcal. Em síntese, as três personagens têm na condição de afrodescendente e mulher o traço que as irmana.

**Palavras-chaves:** Violência física. Violência simbólica. Figuras femininas.

## ABSTRACT

BORSATTI, Janaína O. **Representations of violence in short stories: “Ana Davenga” “Duzu-Querença”, and “Maria”, by Conceição Evaristo.** 2019. 63 p. Conclusion Course Paper (Portuguese-English Degree). Undergraduate Course of the Federal Technological University of Paraná. Pato Branco, 2019.

The theme of the present study is in the sense of analyzing the physical and symbolic violence and the marginalization of Afro-Brazilian female figures in the tales “Ana Davenga”, “Duzu-Querença”, “Maria”, belonging to the book *Olhos d’água* (2016), by writer Conceição Evaristo. It is a storybook, winner of Prêmio Jabuti, in this category, in 2015. It is observed in this work that the writer exposes, with the use of a poetic language, the existence of women, especially those of black descent. In *Olhos d’água*, Conceição directs her focus of interest to the Afro-Brazilian population, critically narrating the poverty and urban violence that mainly involves women. Violence is a theme present in the three texts analyzed, especially in the social context in which the works are described. Occurring in many ways, violence presents itself symbolically as well as physical violence. Although urban violence is currently considered a nationwide problem, affecting all classes, the slum (*favela*) is the main space for violence to occur as a mechanism of male preponderance and as a survival strategy. In common, the three characters, Ana Davenga, Duzu-Querença and Maria, approach each other for physically and psychologically suffering violence that oppresses them in the violent environment of the city. All have their identities suppressed by men who nullify them. All are subjected to a masculine power that still reflects, in full contemporaneity, old marks of the patriarchal order. In short, the three characters have, in the condition of African descent and women, the trait that makes them sisters.

**Keywords:** Physical violence. Symbolic violence. Female figures



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 MARIA CONCEIÇÃO EVARISTO DE BRITO.....</b>	<b>12</b>
1.1 BIOGRAFIA DA AUTORA.....	12
1.2 PRINCIPAIS OBRAS DE CONCEIÇÃO EVARISTO.....	17
<b>2 VIOLÊNCIA FÍSICA E SIMBÓLICA.....</b>	<b>27</b>
2.1 DESIGUALDADE DE GÊNERO E ETNIA.....	27
2.2 VIOLÊNCIA FÍSICA.....	30
2.3 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA.....	34
<b>3 ANÁLISE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS PERSONAGENS FEMININAS “ANA DAVENGA”, “DUZU-QUERENÇA” E “MARIA”.....</b>	<b>41</b>
3.1 ANA DAVENGA.....	41
3.2 DUZU-QUERENÇA.....	45
3.3 MARIA.....	48
3.4 ANÁLISE DOS CONTOS: VIOLÊNCIA FÍSICA E SIMBÓLICA	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

A literatura pode ser encarada como um instrumento para investigar e difundir princípios de determinados grupos, uma vez que a literatura revela características locais, revelando as particularidades e a realidade social de determinado período da história ou problemas sociais ocultos.

A literatura afro-brasileira representa um marco na história da construção e formação dos leitores. Devido à leitura destas obras, inúmeros sujeitos se empoderaram e se deslumbram com a tradição oral dos povos africanos que, de certa forma, manteve-se entre os que foram à força transplantados para o Brasil durante o processo de escravização que aqui vigorou entre os séculos XVI a XIX. O resultado da oralidade e das novas e aviltantes condições em terras brasileiras acabou sendo a construção de um outro olhar sobre a condição do negro na sociedade brasileira.

Por séculos, a população negra foi tratada como moeda de troca e objeto de escravização devido ao seu sequestro na África.

O objetivo do presente estudo é analisar a violência física e simbólica e a marginalização das figuras femininas na população afro-brasileira nos contos “Ana Davenga”, “Duzu-Querença”, “Maria”, pertencentes ao livro *Olhos d`água* da escritora Conceição Evaristo. Para dar complementaridade ao estudo, foram selecionados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar como se dá a violência no dia a dia nos três contos, comparando a violência presente nas narrativas que refletem a violência da sociedade brasileira atual;
- Analisar a herança da escravidão, e como essa herança tem influência na violência sofrida pelas mulheres afro-brasileiras social e economicamente estigmatizadas.
- Identificar os motivos que levam parte da sociedade a praticar a violência física e simbólica.

A obra *Olhos d`água* ganhou o Prêmio Jabuti de literatura (contos) no ano de 2015, possui 15 contos que tratam da miséria, da desigualdade social, da violência na vida de mulheres, negros, favelados e de temas que abordam características da ancestralidade africana. O nome da obra faz menção a uma região da cidade de Belo Horizonte, cidade natal da escritora. A violência é um dos principais temas da antologia de contos *Olhos d`água* da escritora afro-brasileira Conceição Evaristo.

A obra de que se está a discorrer versa sobre a violência como forma de dominação masculina e como estratégia de sobrevivência nas grandes capitais brasileiras (Minas Gerais e Rio de Janeiro), sobretudo nos espaços públicos em que se encontram as favelas e, do mesmo modo, na órbita privada, a casa, espaço construído como lugar social da mulher. São narrativas de homens, mulheres e crianças, vítimas de todo tipo de violência, seja ela simbólica ou física. Trata-se de narrativas que relatam fatos do dia a dia das personagens que estão expostas a todas as formas de violência psicológica, física, sexual. Repetidamente o leitor depara-se com estupros, assassinatos, balas perdidas e as múltiplas formas de violência social, discriminatória e preconceituosa sob as quais estão sujeitos aqueles que são marginalizados.

Conceição aborda em suas obras temáticas que estão relacionadas a questões que preocupam os afrodescendentes brasileiros, temas que vêm sendo inseridos cada vez mais nas escolas. Com base nos três contos, este trabalho pretende investigar e refletir, na sociedade brasileira atual, especificamente a violência sofrida por mulheres de ascendência negra e socioeconomicamente marginalizadas. Apesar de fazer tanto tempo que houve a abolição da escravidão, a inserção dos afro-brasileiros na sociedade não teve ainda pleno êxito, pois o Brasil ainda mantém forte preconceito étnico. Assim como sucede na sociedade brasileira, na narrativa de Conceição, a cor da pele revela-se um impeditivo para a cidadania.

Portanto, trata-se de um estudo bibliográfico, onde foram utilizados, livros, artigos, dissertações e teses. Apesar de outros autores empregados neste TCC, os principais que serviram de embasamento teórico foram Pierre Bourdieu (*A dominação masculina*, 2017); Constância Lima Duarte, Cristiane Cortês e Maria do Rosário Pereira (*Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*, 2018).

Este trabalho é composto por três capítulos. No primeiro, intitulado “Maria Conceição Evaristo De Brito”, é apresentada a história de vida da escritora, bem como suas principais obras. Dentre suas várias obras, foram destacados *Ponciá Vicêncio*; *Becos da memória*; *Poemas da recordação e outros movimentos*; *Insubmissas lágrimas de mulheres*; *Histórias de leves enganos e parecenças*; *Canção para ninar menino grande* e *Olhos d'água*.

No segundo capítulo, apresenta-se a temática concernente à desigualdade de gênero e etnia, com destaque para a violência física e simbólica, temas estes que

retratam a violência em relação às mulheres afrodescendentes e marginalizadas socioeconomicamente.

No terceiro capítulo “Análise dos contos”, foram apresentados e contextualizados três contos do livro: “Ana Davenga”, “Duzu-Querença” e “Maria”. O primeiro conto narra a história de uma mulher negra, habitante de uma favela, casada com um marginal. Ambos acabam sendo assassinados por policiais. Já o segundo conto narra a história de uma menina que vai para cidade para estudar, com a expectativa de ter um futuro digno, mas, ainda menina, torna-se prostituta e assim acaba seus dias pobre e louca morando em uma favela. Enfim, o terceiro conto narra a vida de Maria, uma empregada doméstica, que acaba sendo linchada dentro de um ônibus ao voltar do seu trabalho.

Em síntese, nos três contos analisados, evidenciam-se discussões relacionadas à situação da mulher na sociedade, sobretudo da mulher negra e pobre sob a égide de uma brutal violência de companheiros, conhecidos e desconhecidos.

## 1 MARIA CONCEIÇÃO EVARISTO DE BRITO

### 1.1 BIOGRAFIA DA AUTORA

Neste capítulo, apresentam-se a biografia e as principais obras de Conceição Evaristo, bem como análises relacionadas. Dentre suas várias obras foram destacados: *Ponciá Vicêncio*; *Becos da memória*; *Poemas da recordação e outros movimentos*; *Insubmissas lágrimas de mulheres*; *Histórias de leves enganos e parecenças*; *Canção para ninar menino grande* e *Olhos d'água*.

Maria Conceição Evaristo de Brito, mais conhecida como Conceição Evaristo, é uma escritora negra da literatura brasileira e afro-brasileira contemporânea de projeção internacional e seus textos vêm ganhando cada vez mais leitores e críticos. É graduada em Letras, foi professora da rede pública de ensino da capital fluminense. É Mestre em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura negra: uma poética de nossa afro brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada, na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011), na qual estuda as obras poéticas dos afro-brasileiros Nei Lopes e Edimilson de Almeida Pereira em confronto com a do angolano Agostinho Neto (PEREIRA, 2016).

A escritora nasceu em 29 de novembro de 1946 e cresceu em uma favela em Belo Horizonte, Minas Gerais. Filha da lavadeira Dona Joana Josefina Evaristo e de seu José. Conceição tem pouco conhecimento sobre o seu pai biológico. Por isso, considera como sendo seu verdadeiro pai Aníbal Vitorino, que era pedreiro e casado com sua mãe. Teve mais três irmãs, a mais velha também se chama Maria, e outros cinco irmãos, estes foram frutos da união de sua mãe com seu padrasto. Conceição, aos sete anos, foi morar com sua tia, irmã mais velha de sua mãe, Maria Filomena da Silva, que do mesmo modo era lavadeira, e o tio Antônio João da Silva, conhecido como Totó, que exercia a profissão de pedreiro. Graças a esses tios, Conceição iniciou seus estudos (SOUZA, 2011).

A autora teve seu primeiro emprego aos oito anos, conseguindo conciliar os estudos com o trabalho de empregada doméstica. Seus patrões permitiam que ela tivesse acesso aos livros da biblioteca da casa. A partir dessa possibilidade de contato com livros, ela começou a ter contato com a literatura. Em 1958, terminou o curso primário e venceu o concurso de redação que tinha como título “Por que me

orgulho de ser brasileira?”, Considerado seu primeiro prêmio de literatura, mas, apesar da redação ser bem conceituada, os professores questionaram a premiação da menina, uma vez que a futura escritora não tinha bom comportamento na escola. Mesmo assim, o prêmio lhe foi entregue. (BALISA; DAVID, 2017).

Conceição ingressou no Curso Ginásial, o que corresponde ao atual Ensino Médio, frequentando-o com diversas interrupções. Com 17 anos, viveu discussões referentes à realidade social, e isso fez com que ela tomasse parte do movimento Juventude Operária Católica (JOC), que promovia reflexões que visavam comprometer a Igreja com realidade brasileira. Concluiu o Curso Normal do Instituto de Educação de Minas Gerais, em 1971, aos 25 anos de idade (SOUZA, 2011).

Em 1973, Conceição se mudou para o Rio de Janeiro, onde prestou concurso para professora primária. Tornou-se professora do magistério na cidade de Niterói e trabalhou ali por aproximadamente dez anos. Um dos principais motivos pelo qual Conceição deixou Belo Horizonte foi o fato de a favela onde morava estar sendo demolida. Tal situação levaria a família a ter que migrar para a periferia da cidade onde se encontrava uma pobreza maior. Em 1976, prestou vestibular para o curso de Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse mesmo ano, conheceu Oswaldo Santos de Brito, com quem se casou e teve sua única filha, Ainá Evaristo de Brito (SOUZA, 2011).

Conceição estreou de fato na literatura em 1990, quando o número 13 de *Cadernos negros* trouxe impressos os primeiros poemas de Conceição, entre eles o conhecido “Vozes-mulheres”. Foi a partir daí que a série *Cadernos negros* passou a publicar os escritos de Conceição, que logo se destacaram pela forma poética com que representa a crueldade do cotidiano dos excluídos, a mistura da violência com sentimentos. Esses traços, de acordo com Eduardo de Assis Duarte, revelam o compromisso e a identificação da autora afrodescendente com os irmãos colocados à margem da sociedade (DUARTE, 2006).

Os *Cadernos negros*, do grupo paulista Quilombhoje Literatura, cuja proposta é o incentivo à leitura e a visibilidade a textos e autores afrodescendentes, foi o principal meio de divulgação dos primeiros contos e poesias de Conceição. Em 1978 surgiu o primeiro volume dos cadernos, contendo oito escritores que dividiram os custos da publicação. Devido ao amplo retorno da publicação, passou a ser lançada uma edição anual alternando contos e poesias de estilos diversos. Os *Cadernos negros* têm sido fundamental veículo de divulgação e visibilidade da

literatura negra. A escritora conta mais de dezessete publicações em suas páginas, entre 1990 a 2011, alternando poemas e contos. Os *Cadernos negros* foram imprescindíveis para difundir o trabalho de Conceição dentro e fora do Brasil (TONDO, 2018).

Conceição foi participante ativa dos movimentos de valorização da cultura negra no Brasil, trabalhou como professora da rede estadual de educação do Rio de Janeiro, foi funcionária da Secretaria Municipal de Cultura na Divisão de Cultura Afro-Brasileira e do mesmo modo foi pesquisadora do Centro José Bonifácio de Documentação e Memória da Cultura Afro-brasileira. A sua atuação acadêmica, pesquisa e criação literária são marcadas pela sua condição de mulher negra na sociedade. Nos anos de 1987 e 1988, participou do Coletivo de Escritores Negros do Rio de Janeiro (TONDO, 2018).

No ano de 2014, Conceição participou do Salão do Livro de Paris, quando o Brasil foi o país homenageado. A escritora integrou a comitiva de quarenta escritores convidados, despertando interesse junto ao público e aos jornalistas estrangeiros. Além disso, foi escolhida para representar os colegas por ocasião da visita do presidente francês, François Hollande, no espaço reservado aos representantes brasileiros.

Em 2017, Conceição foi homenageada pela Fundação Itaú Cultural na 34ª edição do programa Ocupação, que teve como foco apenas a produção de mulheres representativas da arte e da cultura nacionais. Além disso, Conceição foi vencedora do prêmio Governo de Minas Gerais de Literatura em 2017. A escritora mineira venceu na categoria Conjunto da Obra e tornou-se a primeira escritora negra a receber o prêmio desde que ele foi criado em 2007 (TONDO, 2018).

Conceição é pesquisadora da área de Estudos Literários e dá destaque à vertente negra feminina, por isso o conceito fundamental de sua produção literária é a “escrevivência”.

O neologismo significa:

Contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas (SOARES; MACHADO, 2017, p. 4).

Além disso, em sua obra, Conceição trata de gênero, etnia e classe, violência urbana e doméstica, de ancestralidade. Por meio desses temas, a autora busca trazer à tona as dificuldades encontradas pelas pessoas que vivem na miséria. Em suas obras, sejam romances ou contos, a autora procura demonstrar que os sujeitos menos favorecidos lutam pela sua dignidade:

Conceição aborda a violência em suas diversas formas, em especial, manifestada por meio do preconceito racial, de gênero e de classes tão evidentes no dia a dia das cidades. [...], a *escrevivência*, é um modo de escrita que surgiu da sua posição de pobreza, mulher e negra. [...] a Literatura Afro-brasileira dá visibilidade a negros e mestiços, sobretudo mulheres negras e mestiças, valoriza a etnicidade, uma vez que expõe a identidade negra das personagens, destacando os aspectos físicos e os aspectos culturais que trazem a africanidade, e evidencia tanto a inclusão quanto a exclusão sofridas por afrodescendentes no Brasil. [...] (BALISA; DAVID. 2017, p. 18).

Como se observa pelo enunciado, faz-se necessário que a literatura afro-brasileira se torne ainda mais difundida por trazer esse discurso que não banaliza a população negra e seus descendentes, mas, pelo contrário, promova sua valorização.

De acordo com Lima e Melo (2018), o conceito de uma literatura afro-brasileira ainda parece ser uma questão que resvala em critérios de críticas acadêmicas, assim como as obras de Conceição, fundamentadas em “*escrevivências*”:

Em um movimento metalinguístico, sob uma perspectiva metafórica do eterno retorno, a escritora consegue pensar em implicações estéticas e ideológicas no processo de produção das obras, enquanto fora da ficção discorre sobre os mesmos, refletindo sobre a própria criação. [...] Além disso, ao tratar da própria escrita literária, a escritora pontua que se torna incompatível com a crença em desvencilhar a sua subjetividade de um “corpo-mulher-negra” com a construção de sua criação literária (LIMA; MELO. 2018, p. 16).

Percebe-se que a autora retrata em suas obras a favela, e que os favelados fazem parte da sua história, uma vez que esse tipo de habitação é o espaço no qual ela formou sua identidade, transformando-a em porta-voz dessas pessoas, visto que “Conceição, em seus textos, traz à tona a realidade sobre a favela, a importância da mulher em sua formação e retoma vários aspectos da cultura popular brasileira” (BOTTON, 2019, p. 1).



As obras de Conceição se caracterizam pela ênfase na história na memória e nas experiências das pessoas e comunidades afro-brasileiras em Minas Gerais ou Rio de Janeiro, no Sudeste do Brasil. Os focos principais incidem sobre a vivência da mulher negra e pobre, com as sombras e ecos da escravidão pairando sobre o presente. Sobre o lugar que ocupa no mundo – e partir de onde fala –, Conceição declarou em entrevista que sua escrita se faz com base numa identidade feminina e negra, ou seja, em sua “condição étnica e de gênero, ainda acrescida de outras marcas identitárias”, o que lhe direciona o olhar e molda o ponto de vista narrativo (DUARTE; CÔRTEZ; PEREIRA, 2018).

Os dados biográficos de Conceição remete a outros traços recorrentes em depoimentos pessoais ou na ficção, muitas vezes fundidos: a pobreza material no interior de Minas Gerais, os referentes culturais e econômicos, os laços familiares e afetivos. Às influências iniciais se somam a mudanças para o Rio de Janeiro, o casamento, a maternidade, a viuvez, os problemas das periferias metropolitanas com a conseqüente desagregação social e a continuada pobreza (DUARTE; CÔRTEZ; PEREIRA, 2018).

Em uma de suas falas, registrada em seu *blog* como “Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita”, a escritora enfatiza relações entre a origem de seus escritos e o traço da mãe. Sua mãe trabalhava lavando roupas. Quando chovia demasiadamente, os varais permaneciam cheios de peças molhadas de clientes, resultando em medo de que alguma coisa mofasse. Conceição relata que a mãe desenhava um sol no chão, com um graveto, uma espécie de simpatia para que a chuva fosse embora. Acrescenta a escritora:

Na composição daqueles traços, na arquitetura daqueles símbolos, alegoricamente ela imprimia todo o seu desespero. [...] Nossos corpos tinham urgências. O frio se fazia em nossos estômagos. Na nossa pequena casa, roupas molhadas, poucas as nossas e muitas as alheias, isto é, as das patroas, corriam o risco de mofarem acumuladas nas tinas e nas bacias. A chuva contínua retardava o trabalho e pouco dinheiro, advindo dessa tarefa, demorava mais e mais no tempo. Precisávamos do tempo seco para enxugar a preocupação da mulher que enfeitava a madrugada com lençóis arrumados um a um nos varais, na corda bamba da vida. Foi daí, talvez, que eu descobri a função, a urgência, a dor, a necessidade e a esperança da escrita. É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida? (EVARISTO, 2016).

Em suas obras a escritora trata de causas negras, destacando a exclusão social, assim, a autora vai dando voz aqueles oprimidos pela sociedade:

[...] a sua produção cultural molda uma forma de resistência, na polissemia da voz negra: dos personagens retratados em suas narrativas, da sua insistência em se colocar como uma escritora negra, da sua posição de crítica. Com isso, a escritora consegue dar voz a quem foi socialmente oprimido, e por consequência ignorado da historiografia literária, seja em termos de autoria ou de representação (LIMA; MELO. 2018, p. 16).

Em suas obras a escritora trata de questões sociais ligadas a afro-descendência, buscando denunciar a miséria, a desigualdade social, a violência na vida de mulheres, negros, favelados e temas que abordam características da ancestralidade africana.

A escritora negra busca retratar a condição feminina negra na sociedade, de forma realista. A descrição feminina corresponde ao real contexto de violência contra a mulher, exclusão social e racial, porquanto aponta que, mesmo inserida em um grupo no qual é contestado pela cor da pele, a mulher negra tende a ser oprimida. Este tipo de texto literário, que retrata a condição feminina negra, vem conquistando espaço na literatura brasileira, pois reivindica e marca a consciência crítica daqueles que se opõem à opressão. Em diversas entrevistas a escritora afirma “que a sua condição de mulher negra marca a sua escrita, de maneira racional inclusive. Opta por tais temáticas, por escrever desse modo, afirmando assim, que isso a caracteriza como uma cidadã e como escritora” (CARDOSO; SILVA, 2017, p. 4).

As obras de Conceição são bastante citadas nas dissertações de mestrado, teses de doutorados e artigos acadêmicos. Portanto, pode-se afirmar que a escritora já pode ser considerada destaque no que se refere à literatura afro-brasileira. Ela tem sido convidada para participar de eventos acadêmicos e literários no Brasil e no exterior e tem marcado do mesmo modo presença nos movimentos sociais, de maneira especial, nos que se relacionam com a luta dos afrodescendentes.

## 1.2 PRINCIPAIS OBRAS DE CONCEIÇÃO EVARISTO

A literatura que Conceição produz é descrita por Cardoso e Silva (2017) como sendo poética, musical e ritmada, no entanto, consegue despertar a atenção para as desigualdades sociais:

Enquanto as mulheres negras eram usadas para contar narrativas para adormecer os filhos dos senhores, a literatura produzida por negros não é

para adormecer esses filhos dos senhores, não se quer mais que a casa-grande continue adormecida, querem, na verdade, espantar o sono da casa-grande, que ela acorde para compreender o que foi feito nocivamente aos negros, e o que precisa ser feito (CARDOSO; SILVA, 2017, p. 5).

Conceição, em 2003, lançou seu primeiro romance, *Ponciá Vicêncio*, e no ano de 2006, *Becos da memória*. A autora também possui um livro de poesia, intitulado *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008) e também a coletânea de contos *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), *Olhos d'água* (2014), e *Histórias de leves enganos e parecenças* (2016). Também teve participações em antologias como *Cadernos negros* (Quilombhoje, 1990), *Contos Afros* (Quilombhoje), *Contos do mar sem fim* (Editora Pallas), *Questão de pele* (Língua Geral), entre outros.

O livro *Ponciá Vicêncio*, publicado no Brasil em 2003 (Editora Pallas), também foi lançado nos Estados Unidos, França e México. A obra relata a história de uma descendente de escravos. No romance estão presentes fortes traços do Bildungsroman<sup>1</sup>, de acordo com estudos de Eduardo de Assis Duarte (2009).

*Ponciá Vicêncio* relata a história de vida de uma mulher, que mora em uma favela com seu companheiro. A narrativa configura-se como um Bildungsroman feminino e negro ao dramatizar a busca quase intemporal da protagonista, a fim de recuperar e reconstituir família, memória, identidade. Quando perde os sete filhos, a protagonista acaba por não saber mais quem é, pois desde criança ela não possui uma identidade própria da família. (DUARTE; CÔRTEZ; PEREIRA, 2018). Ponciá carrega o sobrenome de Vicêncio, que é referente ao dono da terra onde morava com seus pais. Vale destacar que o uso do sobrenome do proprietário indica um traço da escravidão.

As observações do parágrafo acima podem ser verificadas no depoimento de Conceição concedido a Eduardo de Assis Duarte:

Essa marca de subalternidade, que denuncia a ausência entre os remanescentes de escravos dos mínimos requisitos de cidadania, estende-se pelo penoso circuito de vazios e derrotas, no qual tanto a menina quanto a mulher vão sendo alijadas dos entes queridos e de tudo o que possa significar enraizamento identitário. E depois de perder também os sete filhos que gerou, Ponciá cai na letargia que a faz perder-se de si mesma (DUARTE, 2009, p. 3.).

---

<sup>1</sup> Termo alemão empregado para designar o romance de aprendizagem, ou de formação, cuja característica principal é apresentar um personagem principal em jornada, da infância à maturidade, em busca de crescimento espiritual, político, social, psicológico, físico ou moral.

A narrativa de *Ponciá Vicêncio* é conduzida pela memória. Portanto, as tristes perdas e histórias que Ponciá vive e ouve de seus antepassados são lembradas pela personagem durante toda a narração, fazendo com que ela reviva a memória de uma dor que é física e moral, individual e coletiva. Ao ir para a cidade, a personagem perde todo o contato com a sua família, no entanto esse sofrimento ameniza-se quando, no desfecho do livro, ela se reencontra com sua mãe e seu irmão.

Em *Ponciá Vicêncio* estão presentes fortes traços da vida de Conceição. Do mesmo modo, esta é herdeira de uma forte linhagem memorialística existente na literatura afro-brasileira. Conceição traz a narrativa dos despojados da liberdade, entretanto não da consciência (DUARTE, 2006). A autora busca denunciar, por meio da ficção, a exclusão e subserviência que foi imposta ao povo afrodescendente brasileiro.

Essas marcas da exclusão não estão presentes somente no seu primeiro romance, mas sim nas outras obras da autora, que mostram a condição da mulher e do negro numa sociedade que faz deles vítimas do preconceito.

O livro *Becos da memória* (Editora Pallas), escrito em 1980 e publicado em 2006, revela-se como um dos mais importantes romances memorialistas da literatura atual brasileira. A escritora manifesta, a partir de seus inúmeros personagens, a complexidade do ser humano e os sentimentos intensos daqueles que encaram habitualmente o preconceito e a miséria; daqueles que não sabem se viverão o outro dia. Com delicadeza, a escritora discute questões profundas da sociedade brasileira de forma incomparável.

Em *Becos da memória*, a escritora reflete que, por intermédio daquilo que ela chama “escrevivência”, “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas”. Isso se dá, segundo Soares e Machado (2017), em um processo em que a autora se coloca no espaço aberto entre a invenção e o fato, usando dessa profundidade para construir uma narrativa singular, mas que se dirige para uma coletividade.

O livro *Poemas da recordação e outros movimentos* foi lançado em 2008 (Editora Nandyala). A capa desta edição traz a imagem da lavadeira negra, vestida de preto e branco, lavando roupa à beira do mar azul. Essa imagem remete à memória negra feminina brasileira e especialmente familiar de Conceição. O livro reuniu poemas já publicados anteriormente nos *Cadernos negros*. Uma nova edição

no ano de 2017 agregou mais 21 poemas, totalizando 65 poemas divididos em seis blocos.

A escritora traz em *Poemas de recordação e outros movimentos* (2008) uma coletânea de poemas reunidos, onde ela demonstra a grandiosidade de seu talento e sensibilidade. Um deles, o já mencionado “Vozes-mulheres”, abaixo transcrito, comprova a consciência afro-brasileira de Conceição:

### **Vozes Mulheres**

A voz de minha bisavó  
ecoou criança nos porões do navio.  
Ecoou lamentos  
De uma infância perdida.

A voz de minha avó ecoou  
obediência aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeira do rumo à favela.  
A minha voz ainda ecoa  
versos perplexos com rimas e sangue e fome.  
A voz de minha filha recolhe  
todas as nossas vozes  
recolhem em si as vozes  
mudas caladas  
Engasgadas nas gargantas.  
A voz de minha filha recolhe  
em si a fala e o ato.  
O ontem – o hoje – o agora.  
Na voz de minha filha se  
fará ouvir a ressonância  
O eco da vida-liberdade. (EVARISTO, 2017, p. 24-25).

Nesta coletânea de poemas o tema da violência é recorrente. A título de ilustração, selecionou-se, ainda que este trabalho verse sobre alguns contos da escritora, mais um poema presente no livro que – como vai suceder nos contos analisados – comprova a condição de violência e subalternidade da mulher, apontada por Conceição:

### **A menina e a pipa-borboleta**

A menina da pipa  
ganha a bola da vez  
e quando a sua íntima  
pele, macia seda, brincava  
no céu descoberto da rua,

um barbante áspero, másculo cerol,  
cruel rompeu a tênue linha  
da pipa-borboleta menina.

E quando o papel, seda esgarçada,  
Da menina estilhaçou-se  
Entre as pedras da calçada,  
A menina rolou Entre a dor e o abandono.

E, depois, sempre dilacerada,  
a menina expulsou de si  
uma boneca ensanguentada  
que afundou num banheiro  
público qualquer. (EVARISTO, 2017, p. 50).

Fundamentando-se em Tondo (2018), neste poema a violência, característica do mesmo modo encontrada nas demais obras da autora, retrata poeticamente o tema do estupro e do aborto, permitindo ao leitor que observe “A dominação masculina, fortemente marcada pela herança patriarcal” (TONDO, 2018, p. 8).

A antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres* (Editora Nandyala), publicada em 2011, é composta de 13 contos, cujas histórias relatam vozes de mulheres com suas dores, anseios, temores, mas, sobretudo relatam a imensa capacidade de sofrimento e modos de resistência.

No livro *Insubmissas lágrimas de mulheres*, todos os contos possuem pontos de violência e opressão contra as mulheres protagonistas, que segundo Lima e Melo (2018) “subvertem o ar viciado de suas redomas da melhor maneira que podem. Ao lado disso o recontar das histórias pela narradora viajante traz ainda mais potência a essas forças de subversão do ar que as violenta” (p. 6).

A seguir, são apresentados os nomes de mulheres que dão nomes aos contos e, em seguida, as formas de violência a que são submetidas tais personagens destes contos de Conceição:

- “Aramides Florença”: estupro;
- “Natalina Soledad”: misoginia;
- “Shirley Paixão”: estupro de vulnerável;
- “Adelha Santana Limoeiro”: machismo;
- “Maria do Rosário Imaculada dos Santos”: racismo e sequestro;
- “Isaltina Campo Belo”: lesbofobia e estupro;
- “Mirtes Aparecida Daluz”: suicídio;
- “Libia Moirã”: maltrato infantil e trauma;

- “Lia Gabriel”: espancamento e misoginia;
- “Rose Dusreis”: racismo;
- “Saura Benevides Amarantino”: maltrato infantil;
- “Regina Anástacia”: racismo (LIMA, MELO, 2018).

Em resumo, o traço da violência abrange todos os contos. Conforme destaca Lima e Melo (2018, p. 7), “Desprovidas de marcações acadêmicas que as indiquem ficcionais, a insubmissão escorre junto às lágrimas [do título] como efeito da resistência. As histórias da obra são compostas por violências, mas elas não são aprisionadas na ficção”.

Ademais, o que se observa é o emprego estético e ideológico da escrevivência, isto é, a violência ali representada tem como laço a violência específica contra as mulheres.

A obra *Histórias de leves enganos e parecenças* (Editora Malê), de Conceição foi publicada em 2016, é a reunião de doze contos e uma novela (“Sabela”). A obra traz um conhecimento imbuído de saberes e fazeres cognitivos da tradição e oralidade da cultura africana, que são importantes mecanismos de aprendizagem, sobretudo para questionar o racismo brasileiro, realidade está tantas vezes esquecida.

Para Tondo (2018) a referida escritora inova sua narrativa ficcional encaminhando-se por uma narrativa marcada pela presença do estranho e do imprevisível, apesar de ainda ser possível identificar a existência de elementos discursivos presentes nas obras anteriores. Dentre os doze contos, alguns são considerados breves, cujo final repentino deixa o leitor em dúvida sobre o rumo das personagens após o desenrolar da história.

A coletânea *Histórias de leves enganos e parecenças* encaminha o leitor a inúmeras vias de leitura e além disso, proporciona investigações por diversos pontos de vistas teóricos, entre eles, o de identificar as linhas mestras do projeto literário de Conceição. No final da obra, a novela “Sabela” aparece dividida em três partes, descreve a andamento de uma geração de mulheres que se chama Sabelas, “cuja sabedoria, o dom de “sentir” o tempo e prever acontecimentos, nem sempre foram compreendidos” (TONDO, 2018, p. 6).

O livro *Canção para ninar menino grande* (Editora Malê), de Conceição, foi publicado em 2016. Nele há um retrato de um homem por meio “dos

relacionamentos que ele coleciona com diversas mulheres negras. A interseção entre racismo e machismo é outro ponto de destaque dessa obra” (TORRES, 2018, p. 2)

Enfim, o livro *Olhos d'água*, de Conceição (Editora Pallas/Biblioteca Nacional) – do qual este trabalho analisa três contos – foi publicado em 2014, ganhou um prêmio Jabuti em 2015. Trata-se de um livro que apresenta quinze contos, muitos deles publicados nos *Cadernos negros*. Os contos são bem adequados para a atualidade brasileira, refletem sobre a miséria, a desigualdade social, a violência e a vida de mulheres, negros, favelados e outros inúmeros personagens envolvidos nesses contextos em impasses sobre o amor, a vida e a ancestralidade africana.

Pelo enfoque da narradora, o primeiro conto – “Olhos d'água” – relata o questionamento em torno da cor dos olhos de sua mãe. A dúvida, que surge impregnada por lembranças da infância, apresenta tom acusatório e a leva a retornar à cidade natal e encarar a figura materna, direcionar seu olhar no dela para descobrir a cor de seus olhos.

Vi só lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz, mas eram tantas lágrimas que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água. Águas de Mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície. (EVARISTO, 2016, p. 19).

Na escrita de Conceição, a hereditariedade que reflete na próxima geração faz prevalecer um traço intenso no que se refere ao passado, como um elo posto entre passado e futuro, que se concretizará no desenrolar do conto, quando em frente à filha, a narradora brinca de buscar, uma na outra, a verdadeira cor de seus olhos:

Hoje, quando já alcancei a cor dos olhos de minha mãe, tento descobrir a cor dos olhos de minha filha. Faço a brincadeira em que os olhos de uma são o espelho dos olhos da outra. E um dia desses me surpreendi com um gesto de minha menina. Quando nós duas estávamos nesse doce jogo, ela tocou suavemente o meu rosto, me contemplando intensamente. E, enquanto jogava o olhar dela no meu, perguntou baixinho, mas tão baixinho como se fosse uma pergunta que para ela mesma, ou como estivesse buscando ou encontrando a revelação de um mistério ou de um grande segredo. Eu escutei quando, sussurrando, minha filha falou: mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos? (EVARISTO, 2016, p. 19).



O passado está ligado a narradora, manifestando-se no ato de se recordar das mulheres de sua família e de suas ancestrais, desde a África:

Havia anos que eu estava fora de minha cidade natal. Saíra de minha casa em busca de melhor condição de vida para mim e para minha família: ela e minhas irmãs tinham ficado para trás. Mas eu nunca esquecera a minha mãe. Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e todas as mulheres de minha família. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas as nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com suas próprias mãos, palavras e sangue. Não, eu não esqueço essas senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias (EVARISTO, 2016, p. 18).

O conto “Olhos d’ água” tem forma de poesia, apresentando forte marca na presença da imagem do olho que se fortalece a cada repetição, fazendo acender na narradora suas lembranças. O que por sua vez, deixa um convite para o leitor adentrar nessas memórias. Por meio do questionamento “de que cor eram os olhos de minha mãe?” (EVARISTO, 2016, p. 171), é que a autora fixa a imagem dos olhos como cerne da narrativa.

Conceição faz referência aos olhos para trazer à tona questões de ordem social, cultural e religiosa, pertinentes à pobreza, situação em que a narradora se encontra na infância e discorrendo em sua relação com os orixás e com as Yabás ainda na África.

Duarte, Côrtes e Pereira (2018) assinalam que as obras de Conceição estão marcadas por uma poética da alteridade comprometida com a crítica social, a história dos afrodescendentes, a ancestralidade cultural, ao lado de profundas reflexões sobre a mulher. Daí seus protagonistas – Ponciá, Ana Davenga, Duzu-Querença, Maria – figurarem como porta-vozes de um coletivo marcado pela violência cotidiana perpetrada no asfalto e nas comunidades periféricas das grandes cidades: vítimas da opressão ainda hoje imposta ao negro e representadas de acordo com a melhor tradição da literatura da diáspora negra no ocidente. Os referidos autores, ainda destacam que Conceição “situa seus dramas em meio a reflexão sobre a raça e gênero, sem deixar sua literatura cair na cilada da idealização ou da militância” (2018, p. 10).

Por sua vez, Rodrigues e Almeida (2019) defendem a hipótese de que as personagens femininas dos contos de *Olhos d’ água* foram construídas a partir de experiências próprias e alheias.

Tratam-se de seres ficcionais, que a semelhança de sujeitos reais, partilham um destino de infortúnio; motivo pelo qual a narração de suas histórias convoca um levante em prol da conquista de direitos sociais concretos, respeito e valorização da cultura afro-brasileira. De maneira que a escritora, em verso ou prosa, desperta sensações, emoções e sentimentos em um público leitor que se identifica com o sofrimento por sentir-se representando de alguma maneira (RODRIGUES; ALMEIDA, 2019, p. 2).

Para as pesquisadoras Rodrigues e Almeida (2019), a obra *Olhos d'água* é uma narrativa que valoriza aspectos culturais africanos, e lembra o teor sôfrego dos demais contos, que compõem a coletânea, nos quais são apresentadas personagens que partilham uma vida de desventuras. Preconceito, violência e exclusão social perpassam as quinze narrativas, mas, por sua vez, registra-se a perspectiva de abordagem voltada às questões de gênero, que permeiam determinados contos, como “Beijo na face”.

O livro *Escrevivência: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*, escrito por Constância Lima Duarte, Cristiane Côrtes e Maria do Rosário Pereira em 2016, foi uma homenagem aos 70 anos vividos pela escritora Conceição. Conforme descrito por Constância Duarte (2018), o livro foi lançado como contribuição à recepção crítica e como homenagem pelo percurso vitorioso da escritora, que amplia o mundo da literatura para outras mulheres negras.

O termo escrevivência – sobre o qual já foi apresentada uma definição noutra parte deste trabalho –, que dá título ao volume, pode ser definido nos seguintes termos:

A palavra escrevivência é um neologismo que, por uma questão morfológica, facilmente compreendemos do que se trata. A ideia de juntar escrita e experiência de vida em vários textos ligados a literatura contemporânea. Entretanto, Evaristo se apropria do termo para elucidar o seu fazer poético e lhe fornece contornos conceituais (CÔRTEES, 2016, p. 52).

*Escrevivência: identidade, gênero e violência na obra de Conceição* é composto por cinco partes: “Diáspora e escrevivência: desafios da contemporaneidade”; “Trauma e memória”; “Gênero e violência: lágrimas e insubmissão”; “O corpo negro em cena” e “Em busca da magia da palavra”. O livro, além disso, traz a bibliografia completa da Conceição e faz uma sinopse sobre os

principais temas tratados pela escritora, há também um capítulo sobre a violência nos contos da coletânea *Olhos d'Água*.

Os autores afro-brasileiros por meio da escrevivência, segundo Silva e Cardoso (2017), pronunciam suas falas pelas inúmeras mulheres negras. Reproduzem experiências que somente os/as negros/as já vivenciaram, promovendo suas personagens a distintas funções: mães, esposas, mulheres que sofrem, que batalham por suas convicções. Ao construir, em uma narrativa, uma doméstica, por exemplo, a autora se autoconstrói, constrói sua mãe, sua irmã, pessoas que fazem parte do seu convívio. A autora atribui ao seu texto o estatuto de escrevivência, que seria o compromisso entranhado de compreensão da literatura pelos gestos da vida.

Eurídice Figueiredo (2018), na contracapa do livro *Escrevivência...*, reconhece que o projeto literário de Conceição insere-se numa linhagem de escritores negros que já formam uma pequena tradição que vai de Maria Carolina de Jesus a Geni Guimarães, passando por Ana Cruz e Ana Maria Gonçalves, entre outras. O tratamento narrativo de suas personagens femininas privilegia a beleza, o dom do amor e a sexualidade, sem perder de vista as dificuldades que essas mulheres pobres, vivendo na periferia, têm de enfrentar em seu dia a dia. Conceição sublinha, por intermédio da intriga, a historicidade da pobreza e da marginalização de suas personagens, cuja raiz reside no passado de escravidão e no presente em que o racismo persiste de maneira desprezível.

## 2 VIOLÊNCIA FÍSICA E SIMBÓLICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar a temática concernente à desigualdade de gênero e etnia, com destaque para a violência física e simbólica, temas estes que vão ao encontro do objetivo geral do presente estudo que consiste em investigar nos contos “Ana Davenga”, “Duzu-Querença”, “Maria” a questão da violência em relação às mulheres afrodescendentes e marginalizadas socioeconomicamente.

### 2.1 DESIGUALDADE DE GÊNERO E ETNIA

Ao buscar compreender as diferenças entre homens e mulheres é natural “que se dê importância apenas aos aspectos biológicos, tomando como “naturais” diferenças que são construídas socialmente a partir de outros elementos” (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p. 33). Outrossim, ser homem e ser mulher é uma construção cultural e não um determinismo biológico e no processo de explicitação da situação ou da legitimação da desigualdade, o processo educativo, em geral, e o escolar, em específico tem sua contribuição (PASSOS; ROCHA; BARRETO, 2011).

Debater gênero na sociedade contemporânea tem sido uma questão emergencial, mas esse debate ainda é impregnado por preconceitos, que acabam por inferiorizar de forma generalizada mulheres, homossexuais, negros, entre outros, além de causar a discriminação.

O conceito de gênero como uma construção sociocultural atribui ao homem e à mulher papéis diferenciados dentro da sociedade, dependendo dos costumes de cada lugar, da experiência do dia a dia das pessoas, bem como da maneira como se organiza a vida familiar e política de cada sociedade (SANTANA; BENEVENTO, 2013).

A identidade de gênero não se depara com a de sexo. Uma vez que sexo se dá a partir do biológico, a de gênero se forma a partir do entendimento de que se tem de pertencer a um sexo, o que a caracteriza como uma construção cultural em que o biológico ganha significados sociais e esses determinam e delimitam “o que é ser homem e ser mulher, seus espaços e possibilidades, como se isso fosse normal e natural” (PASSOS, ROCHA, BARRETO, 2011, p. 51).

É fato reconhecível que as sociedades ininterruptamente fizeram diferença entre homens e mulheres e, “a partir de significados atribuídos às suas características biológicas, definiram e determinaram sua forma de ser no mundo, bem como o que podem fazer e como devem se comportar” (PASSOS; ROCHA; BARRETO, 2011, p. 49).

A construção dos gêneros se dá por meio do movimento das relações sociais:

Não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia (SAFFIOTI, 1992, p. 210).

A identidade de gênero está relacionada à junção de masculinidade e feminilidade em uma pessoa, dando a entender que tanto a masculinidade como a feminilidade, encontra-se em todas as pessoas, entretanto, em formas e níveis diferenciados (STOLLER, 1993).

Quando se trata de combate à discriminação racial, esta já estava presente na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, sendo reafirmado, em 1966, com a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), a saber:

Art 2º - Parágrafo 1. Os Estados Membros condenam a discriminação racial e comprometem-se a adotar, por todos os meios apropriados e sem dilações, uma política destinada a eliminar a discriminação racial em todas as suas formas e a encorajar a promoção de entendimento entre todas as raças [...]. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1968).

Essa Convenção norteia os países membros quanto às medidas a serem adotadas para erradicar as desigualdades raciais e étnicas:

Parágrafo 2. Os Estados Membros tomarão, se as circunstâncias o exigirem, nos campos social, econômico, cultural e outros, medidas especiais e concretas para assegurar, como convier, o desenvolvimento ou a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a esses grupos, com o objetivo de garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais. Essas medidas não deverão, em caso algum, ter a finalidade de manter direitos desiguais ou distintos para os diversos grupos raciais, depois de alcançados os objetivos, em razão dos quais foram tomados (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1968).

É preciso observar que durante década de 1960, nos EUA, as estatísticas revelaram perdas para os negros, razão pela qual os movimentos negros americanos defendem as políticas de ação afirmativa, argumentando que:

(1) a discriminação racial tem sido a causa mais importante das desigualdades entre brancos e negros nos EUA; (2) os custos da discriminação racial são pagos, sobretudo, pelas vítimas, por isso, somente elas estão interessadas em combatê-la; (3) as políticas públicas implementadas a partir de 1964 têm sido determinantes na redução da desigualdade econômica entre brancos e negros [...] (SANSONE, 1998, p. 4).

Nas sociedades ocidentais, as desigualdades de raça e gênero foram estabelecidas uma em relação à outra, empregando-se as diferenças raciais para explicar a diferença de gênero e as diferenças entre os sexos para explicar as diferenças entre as supostas raças. Nessa perspectiva, as raças “inferiores” passaram a representar o tipo “feminino” da espécie humana, enquanto as mulheres se tornaram “a ‘raça inferior’ de gênero” (STEPAN, 1994 *apud* SARDEMBERG, 2011, p. 75). Essa construção mútua, feita por analogias, racismo e sexismo, teve o apoio da ciência moderna, sendo alimentada, conjuntamente, pelo sistema capitalista, ao tempo em que lhes forneceu, em contrapartida, mão de obra barata (SARDEMBERG, 2011).

A diferença nos indicadores de qualidade de vida entre negros e brancos é evidente em um país como o Brasil, que tem sua população negra em crescimento. O acesso à saúde, a diferença de renda e o acesso à universidade são ainda elementos que demonstram como as desigualdades sociais estão profundamente relacionadas com o elemento racial. Em 1976, o Brasil tinha 57,2% da população formada por brancos e 40,1% por negros. Em 1987, a população de negros e pardos aumentou para 43% da população e, em 1996, para 44,2%. Em 2006 o Brasil conta com 49,5% da população residente negra (42,6% pardos e 6,9% negros) (SALAINI, 2012).

No próximo item será realizada uma contextualização sobre a violência física e simbólica, temas que está diretamente atrelado ao estudo.

## 2.2 VIOLÊNCIA FÍSICA

Desde o início da civilização, a mulher sofreu com a opressão e discriminação por conta do gênero e pela forma da sociedade compreender seu lugar. Em tempos antigos (4000 a.C. a 3500 a.C.), a mulher era vista pela sociedade meramente como reprodutora e esposa. Do mesmo modo, a mulher casada necessitava da autorização do esposo para dar eficácia a seus atos no âmbito civil, ou seja, o pátrio poder para ela era de forma subsidiária. Além disso, no mercado de trabalho a mulher submetia-se à exploração, trabalhando por até 16 horas diárias, e ainda recebendo salários inferiores ao do homem (PERBONI; VAUCHER, 2013).

A violência contra a mulher já foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um problema de saúde pública, assim como violação de inúmeros direitos humanos, entre os quais se destacam “o direito à vida, liberdade, autonomia e segurança da pessoa, à igualdade e não discriminação, da garantia de não sofrer tratamento degradante ou tortura; além do direito à privacidade e à saúde” (ONU *apud* WENDLAND, 2012, p.3).

Acrescente-se ainda que:

A violência contra as mulheres, compreendida como violência de gênero, sucedida em uma situação de desigualdades de gênero sustentadas por modelo dominante, em que as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade configuram-se, a partir de disputas simbólicas e materiais, processados nos diversos espaços sociais: a família, a escola, a igreja, a sociedade, entre outros [...] (COSTA; LOPES; SOARES, 2015, p. 2).

No Brasil, até meados de 1980, praticamente não existia política pública referente à violência contra a mulher. Diante desta ausência de proteção da mulher pelo Estado, nessa década as mulheres começaram a se organizar em busca de propostas específicas, entre as quais as relativas à luta contra a violência física, sexual e psicológica. As feministas (como ficaram conhecidas) trabalharam em dois caminhos: mudanças legislativas e criação de serviços para atendimento às mulheres vítimas da violência de gênero (RECHTMAN; PHEBO, 2004).

A luta contra a violência de gênero tem conquistado ao longo dos anos avanços e retrocessos, em nível institucional e não governamental. As leis ainda são arcaicas, não tendo sido alcançadas as mudanças substanciais necessárias ou desejadas (RECHTMAN; PHEBO, 2004). Na sociedade brasileira contemporânea, é

constatado diariamente o aumento da violência de diversas formas, sendo o preconceito racial uma delas. Vale ressaltar que sua intensidade se amplia quando é direcionada à mulher negra e pobre (DAVID; BALISA, 2017).

No Brasil, como de resto nas nações latino-americanas, a violência contra a mulher é comprovada pelas estatísticas apresentadas por organizações não governamentais (ONGs) e órgãos públicos, pela simples observação das atividades policiais e forenses. Nas classes sociais mais desfavorecidas, a violência é resultado do baixo nível educacional, de uma lamentável tradição cultural, do desemprego, drogadição e alcoolismo e mesmo nas classes economicamente superiores relaciona-se à maioria destes mesmos fatores. (PORTO, 2006).

Atualmente, segundo o *Atlas da violência* (BRASIL, 2018), as mulheres afrodescendentes são as maiores vítimas de violência no Brasil, destacando-se que “[...] a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3%) que entre as não negras (3,1%) –, a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%.” Diante desta constatação estarrecedora da violência contra mulheres de ascendência negra, algumas questões que problematizam tal situação impõem-se a esta pesquisa, que busca na literatura a compreensão do que se dá na esfera da sociedade (BRASIL, 2018a).

A submissão e resistência sempre fizeram parte da vida das mulheres, mesmo agora, quando o dia a dia dos lares brasileiros é invadido por notícias tais como “de espancamentos, assassinatos, abortos clandestinos, jovens vivendo décadas enterradas em porões, à mercê da sanha animal de um homem” (DUARTE, 2018). Segundo a autora, por alguns dias, notícias com esta configuração provocam espanto entre os ouvintes. Mas de imediato são esquecidas até que surjam novas “Elizabeths, Marias...”, não importa que nomes tenham. É a força do patriarcalismo que a tudo supera. É a realidade se revelando mais impactante e surpreendente que a ficção das escritoras brasileiras.

Cabe, neste momento, estabelecer o que pode ser considerado como violência doméstica e familiar contra a mulher, fundamentando-se na Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, (BRASIL, 2006), mais conhecida como Lei Maria da Penha, uma Lei que visa proteger a mulher da violência doméstica e familiar. No artigo 7º desta Lei, aparecem algumas definições de violência:



São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamento, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, a gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos de recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006, p. 02).

A Lei 11. 340/06 (Maria da Penha) surgiu para atender a um socorro “contra a percepção de impunidade despertada”:

Em maio de 1983, Maria da Penha Maia Fernandes, uma farmacêutica aposentada do estado do Ceará aos 38 anos de idade, à época com duas filhas entre seis e dois anos de idade, foi alvejada por tiros proferidos pelo então marido enquanto dormia. Marco Antônio Heredia Viveros. A vítima submeteu-se a diversas cirurgias e, em decorrência do tiro, sofre de paraplegia irreversível. Após retornar para sua residência, o ex-marido tentou eletrocutá-la, além de mantê-la em cárcere em sua própria casa. Foi, então, que com ajuda dos familiares, conseguiu autorização judicial para o abandono do lar conjugal em companhia das filhas menores no mês de outubro daquele mesmo ano (BRASIL, 2018b).

Como se observa Maria da Penha lutou por 23 anos para que seu agressor fosse punido. No dia 07 de agosto de 2006 foi sancionada a Lei nº 11.340/06, em virtude de uma das tantas vítimas de violência doméstica existentes no país. A referida Lei passou a existir devido a recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da (OEA).

A mulher, por muito tempo, submeteu-se aos caprichos de seus companheiros:

Foram séculos de uma cultura que ao tratar as mulheres como pacatas e submissas, silenciou judicialmente sua história de maus tratos e até mesmo de assassinatos nas suas relações íntimas, sem resultar em nenhum tipo de

responsabilização dos homens (maridos, namorados, companheiros) dessas mulheres, tal como no caso da personagem “Maria da Penha”. É uma legislação pensada, portanto, em função de desconstruir o modo anterior de tratamento legal da violência doméstica (FREITAS; PINHEIRO, 2017, p. 9).

Observa-se que Lei Maria da Penha determina que é imprescindível a existência de relação de gênero nos casos de violência, e também define em quais situações a vítima da violência se enquadra na norma.

Art. 5º. Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão *baseada no gênero* que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2006). (Grifos nossos).

A Lei Maria da Penha avançou significativamente no combate à violência contra a mulher brasileira. Uma das formas de coibir a violência e proteger a vítima assegurada pela norma é a garantia de medidas protetivas. Elas são aplicadas após a denúncia de agressão feita pela vítima à Delegacia de Polícia, cabendo ao juiz determinar a execução desse mecanismo em até 48 horas após o recebimento do pedido da vítima ou do Ministério Público (BRASIL, 2018b). As inovações trazidas pela Lei Maria da Penha almejou ser efetiva no combate à violência a mulher. Mas, para tanto, é imprescindível que todos os envolvidos na Rede de Atendimento da Segurança Pública atuem de forma conjunta, com o desígnio de atingir a qualidade de vida e a segurança que é indispensável a todas as mulheres.

A violência contra as mulheres, em espaços urbanos ou rurais, carece ser abrangida como violência de gênero, a qual menciona a violência advinda em uma situação de desigualdades de gênero sustentadas por modelo dominante, em que as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade configuram-se, a partir de disputas simbólicas e materiais, processados nos diversos espaços sociais: a família, a escola, a igreja, a sociedade, entre outros (SAFFIOTI, 2011).

A violência é um tema presente em todas as obras literária de Conceição e especialmente no contexto social onde as obras são ambientadas, ocorrendo de diversas formas. De acordo com Tondo (2018) a favela, bem como a rua, é um dos espaços preferidos para a disseminação da violência como mecanismo de dominação masculina e como estratégia de sobrevivência. No entanto, a violência não se reduz apenas a espaços paupérrimos, como a periferia. Atualmente a violência pode ser considerada um problema nacional, atingindo todas as classes populares e as classes média e alta.

Os temas abordados na prosa e na poesia de Conceição são sequestros, tráfico de drogas, balas perdidas, linchamentos, estupros, abortos clandestinos, preconceitos e discriminações. A escritora procura mostrar as várias formas de violência que acometem os indivíduos marginalizados da sociedade brasileira. São homens, mulheres e crianças que, de alguma forma, estão sujeitos aos seus efeitos traumáticos.

### 2.3 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Violência simbólica é um conceito social elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. De acordo com este autor, trata-se de uma forma de violência exercida pelo corpo sem coação física, causando danos morais e psicológicos. É uma forma de coação que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada, seja esta econômica, social, cultural, institucional ou simbólica (ANDRADE; ROCHA, 2007). A violência simbólica se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização que induzem o sujeito a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Devido a esse conhecimento do discurso dominante, a violência simbólica é manifestação desse conhecimento por meio do reconhecimento da legitimidade desse discurso dominante. Para Bourdieu, a violência simbólica é o meio de exercício do poder simbólico (MIRANDA, 2005).

O que Bourdieu (2007) denomina de poder simbólico: “[...] é, com efeito, esse poder invisível ou ocultação o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. (p. 14).

Segundo Araújo (2013), para Bourdieu. Essa invisibilidade, ou ocultação, se agrega o não reconhecimento por parte de um grupo de dominados, por exemplo, de que existe uma força que faz com que eles sigam determinadas ordens, cuja concordância às ordens garante àqueles que exercem o poder simbólico um “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força” (BOURDIEU, 2007, p. 14).

Uma crítica a esse conceito parte do pensamento do filósofo alemão Jürgen Habermas e refere-se à violência equivaler sempre a agressão física, portanto exterior ao simbólico. Desta forma, essa crítica, além de restringir a violência apenas à dimensão física, ignora a possibilidade de as crenças dominantes imporem valores, hábitos e comportamentos sem recorrer fundamentalmente à agressão física, criando situações nas quais o indivíduo que sofre a violência simbólica sintase inferiorizado como acontece, por exemplo, nas questões de *bullyng* (humilhação constante), raça, gênero, sexualidade etc. (MIRANDA, 2005).

Bourdieu (2007) assinala a forma pela qual a violência simbólica é assimilada pelos atores sociais:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante [...]; para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, a desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (2007, p. 10)

O significado e a definição do termo violência simbólica é amplamente discutível nas ciências sociais. Uma questão sobre o termo vem do trabalho de Randall Collins, (*apud* SILVA; OLIVEIRA, 2017, p.3) que argumenta que "a violência simbólica é um mero jogo de palavras teóricas e levá-lo literalmente mal interpreta a natureza da violência real".

O conceito de violência simbólica pode ter um amplo sentido, generalizando, pode-se entender que seja um dano causado de maneira moral às pessoas que se torna física em função do processo de dominação que se traduz no plano socioeconômico. Deste modo, a prática da violência simbólica remete primeiramente aos domínios verbais e sociais para se materializar através da aceitação e reprodução de seus signos no plano real das relações humanas (MACHADO; SANTOS, 2017, p. 4).

Fundamentando-se na professora Cecília Sardenberg, membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM/UFBA, “o mundo simbólico aparece como um amplo quebra-cabeça a ser compreendido” (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p. 2) e é nesse mundo simbólico que a violência simbólica se encontra e se manifesta, por intermédio de toda uma produção simbólica, via linguagem, arte, religião e outros sistemas simbólicos, que reforçam relações assimétricas e hegemônicas, desqualificações, preconceitos e violências de todo tipo (SILVA, OLIVEIRA, 2017). Segundo Sardenberg, a violência simbólica se “infiltra por toda a nossa cultura, legitimando os outros tipos de violência” (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p. 1).

No campo simbólico, formado por modos de ver e de pensar, dá-se a produção social da violência simbólica (SANTOS, 2019).

Bourdieu (2017) trata a violência simbólica como imperceptível e dissimulada, sendo resultado de um processo pelo qual a classe dominante vai impondo sua cultura aos dominados e nesta relação de dominação a violência cria um potencial de transformação da violência simbólica em violência física, bastante evidente na ordem social entre os sexos, tornando a mulher o alvo da violência, por se tratar de sujeito mais frágil na relação de dominação:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos, é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres (BOURDIEU, 2017, p. 23-24).

Considerando o enunciado acima, pode-se então atribuir a violência simbólica, como uma violência dissimulada, o que lhe atribui domínios particulares e eficácia específica. Tal violência não pode ser usada independentemente, uma vez que não é um tipo distinto de violência. Ela é violência física, no entanto, disfarçada e, por sua vez, invisível e esquecida.

Cardoso e Silva (2017) descrevem a violência simbólica como sendo ato de atrocidade intelectual, eventualmente seguida de agressão moral e física, sofrida por relações consideradas hierárquicas, em que um indivíduo sente uma “superioridade em relação ao outro, ora por questões raciais, de gênero, de religião, de classe,

familiares, entre outras relações hierárquicas arroladas do domínio/ poder e/ou preconceito” (p. 6).

Para Araújo (2013), uma relação simbólica entre diferentes sujeitos:

Não necessita, na perspectiva de simbólico de Bourdieu, estabelecer qualquer tipo de contato físico ou mesmo algum diálogo direto ou face a face. Em uma “relação simbólica”, os sujeitos dessa relação não precisam se conhecer: por exemplo, ter estabelecido qualquer contato interpessoal, trocado e-mails ou outras formas de relação. A força da relação simbólica de dominação também não é necessariamente determinada por lugares físicos em que relações sociais se expressam. Relações sociais ocorrem tanto no espaço virtual, haja vista a relação simbólica que se estabelece entre professores tutores de cursos *on line* e seus alunos, quanto no social do aqui-agora, verificada pelos cursos presenciais (ARAÚJO, 2013, p. 43).

No que se refere à violência simbólica, ainda se fundamentando em Araújo (2013), cabe destacar:

[...] a violência simbólica expressa pela dominação simbólica se utiliza de artimanhas da ordem dos eufemismos, pressupostos ou polidez para fazerem valer suas prerrogativas. Seja qual for o foco de nosso olhar, ambos carregam no seu interior a imposição consentida de um regime de verdade que caracteriza a “violência simbólica”. (ARAÚJO, 2013, p. 46).

Constância Lima Duarte, em seu artigo “Gênero e violência na literatura afro-brasileira”, debate e analisa a definição feita por Pierre Bourdieu sobre violência simbólica:

Nunca concordei inteiramente com a afirmação de Bourdieu, de que a violência simbólica se ‘constrói através de um poder não nomeado’, que *‘dissimula as relações de força’*. Ora, tal poder tem nome, e ele é machismo. E as relações de poder, do macho sobre a fêmea, estão bem visíveis nas relações sociais de gênero. Também questiono sua explicação simplista de que a dominação masculina se perpetua porque as mulheres naturalmente a aceitam. Ao invés de buscar a explicação da conduta agressiva no próprio agressor, e o porquê das categorias sociais estarem tão assimiladas ao masculino, parece mais fácil vitimizar, mais uma vez, a vítima (DUARTE, 2010, p. 229) (grifos do autor).

Outrossim, Duarte (2010) garante que há uma relação de hierarquia entre mulheres e homens, e tal relação é exercida pelo preconceito patriarcal saturado na sociedade, que define o indivíduo como superior a mulher nos aspectos físicos e intelectuais. Pensamento este, segundo Cardoso e Silva (2017, p. 7), “que vulgariza e exclui a batalha das mulheres por direitos iguais”.

Conceição traz à tona o realismo do dia a dia que milhares de mulheres têm que enfrentar. As personagens de *Olhos d’água* sofrem violências, tanto simbólicas,

verbais como físicas. Assim, a violência simbólica tem sua origem na sociedade hierárquica masculina, que, ao posicionar na condição acima da mulher, não aceita a autoafirmação feminina.

O tema da violência simbólica está diretamente associado às relações de negritude. Em regimes democráticos e republicanos, como o brasileiro, a igualdade social está diretamente associada a igualdade de oportunidades (MACHADO; SANTOS, 2017).

De acordo com o censo IBGE 2014, sete dados revelam o abismo social entre brancos e negros no Brasil, são eles: I. Mulheres negras são as que se sentem mais inseguras todos os lugares, inclusive em casa. II. As mulheres negras são as mais atingidas pelo desemprego. III. Taxa de analfabetismo dos negros é o dobro dos brancos. IV. Renda média dos negros é 40% menor do que dos brancos. V. Menos de um terço dos candidatos em eleições são negros ou pardos. VI. Negros são maioria no Programa Bolsa Família. 7. 2/3 das famílias nas favelas são chefiadas por negros ou pardos (BRASIL, 2014).

A violência contra afro-brasileiros também acontece de outras maneiras dentro das escolas:

A violência simbólica aparece através de gestos, condutas, agressões hostis, mas sobretudo, as atitudes que consideramos “normais”, que é a de sempre privilegiar as crianças brancas, pois estas dizem “estar” dentro de um padrão estabelecido pela sociedade. É possível observar a seletividade social em relação aos brancos e negros quando há opções evidentes por um em detrimento do outro. Pode-se observar que, enquanto crianças brancas são escolhidas para vivenciar situações em que são “príncipes” ou “princesas”, as crianças negras são direcionadas para atividades mais submissas dentro da estrutura social (MACHADO; SANTOS, 2017, p. 11).

Em *A elite do atraso*, Jessé Souza (2017) discorre, entre outros assuntos pertinentes à sociedade atual, sobre a escravidão no Brasil, que é um dos motivos pelos quais as mulheres negras ainda são as maiores vítimas de violência. O autor aborda questões referentes às lutas de classes, racismo cultural e os tipos de violência (simbólica e física) que são cometidos, e como esses tópicos citados têm influências dentro da sociedade, pois muitas das pessoas ainda carregam consigo a ideia de que a escravidão negra foi algo natural e que suas marcas na contemporaneidade brasileira não precisam ser discutidas.

David Brookshaw (1983, p.12) também estuda o racismo associado ao tempo de escravidão, demonstrando que “o preconceito contra o negro tem sido e

ainda é um dos mais arraigados em nossa experiência histórica em virtude dos séculos de escravidão.” O autor aponta que o motivo que levou o negro a ser escravizado foi a sua cor, que era vista como um defeito. E isso ainda acontece, visto que as pessoas fazem a analogia da cor preta com coisas negativas, perniciosas ou desvalorizadas.

No que se refere à discussão sobre a situação das mulheres negras na sociedade brasileira, Brookshaw (1983) relata que parte da sociedade ainda percebe-as como marginalizadas e sujeitas à (quase) servidão que deriva de uma cultura que as têm construído dessa forma. Isso pode ser exemplificado com as histórias infantis nas quais as empregadas e serviçais têm ascendência negra. Dentro dessa ótica, boa parte das crianças interioriza a ideia de que mulheres negras são inferiores. Portanto, as crianças participam de uma cultura que cria estereótipos, surgindo num futuro próximo, adultos formados por esta visão preconceituosa, contribuindo para agressões contra mulheres pobres e de ascendência negra.

Em se tratando de preconceitos adquiridos ainda quando crianças, Willians Junior (1996) traz a seguinte contribuição:

Uma vez formado um preconceito como um complexo conjunto de crenças, valores e sentimentos, ele pode difundir-se e tornar-se normativo numa população por meio da socialização e do conformismo. Por meio da doutrinação e do exemplo, as crianças aprendem os preconceitos como parte do repertório cultural, o qual é absorvido em família e em outros grupos a que pertencem (*Apud* CARVALHO et al, 2012, p. 150).

Portanto, quando tais preconceitos passam a ser normativos, ou seja, viram regras, “as expectativas e as exigências das autoridades e dos seus pares criam pressões e induções ao conformismo. Desse modo, uma tradição cultural de preconceito pode adquirir grande força e persistência” segundo Carvalho *et al.* (2012, p. 150).

Atualmente, pessoas descendentes de etnias negras, chamadas no Brasil como afro-brasileiras lutam, de forma militante ou não, por condições de igualdade de cidadania, justiça social e diversidade cultural. Tais ações culminam, entre outras situações, ao acesso e permanência na escola, ao desenvolvimento de práticas de saúde de combate à mortalidade materna e neonatal de mulheres e de recém-nascidos negros e pela livre prática de sua cultura e religião maternas.



O foco de Conceição são mulheres de ascendência negra que tendem a ser estigmatizadas pela etnia, pelo gênero e, não se pode deixar de destacar, também pela marginalização econômica. A escritora revela em suas obras que ainda existem mulheres brasileiras exercendo papéis sociais como se ainda fossem escravas, e parte da sociedade não percebe que isto é um tipo de violência e acaba muitas vezes naturalizando tal atitude. Tema este que será analisado no próximo capítulo.

### 3 ANÁLISE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS PERSONAGENS FEMININAS “ANA DAVENGA”, “DUZU-QUERENÇA” E “MARIA”

O principal foco deste capítulo centra-se na violência contra as personagens femininas da coletânea *Olhos d'Água*. Para tanto, foram selecionados três contos deste volume: “Ana Davenga”, “Duzu-Querença” e “Maria”. Com a finalidade de propor uma análise mais direcionada e que atenda ao propósito de evidenciar a questão da violência física e simbólica e a marginalização das figuras femininas na população afro-brasileira nos contos mencionados, compara-se a violência presente nas narrativas que está diretamente vinculada à violência da sociedade brasileira atual sobre a qual a escritora se detém.

#### 3.1 ANA DAVENGA

O conto “Ana Davenga” narra a história de uma mulher negra, habitante de uma favela. O conto tem início com uma festa de samba no “barraco” de Ana Davenga, que desesperadamente procura a seu marido com seu olhar, mas não o encontra de início, ficando intensamente preocupada com seu sumiço. O tempo passa, Davenga chega à festa e Ana percebe que não se tratava de um samba, mas de um aniversário surpresa para ela.

Nessa narrativa, Davenga é apresentado ao leitor como chefe de uma milícia criminosa que fazia “reuniões” com seus comparsas dentro do barraco onde vivia com a companheira. Para aflição de Ana, era costumeiro ele desaparecer por vários dias, mas sempre retornava são e salvo.

Espécie de passagem lírica neste conto marcado pela violência, Ana relembra que seu marido “aparentemente bruto” chorava quando fazia sexo:

Davenga, que era tão grande, tão forte, mas tão menino, tinha o prazer banhado em lágrimas. Chorava feito criança, soluçava, umedecia ela toda. Seu rosto, seu corpo ficavam úmidos das lágrimas de Davenga. E todas as vezes que ela via aquele homem no gozo-pranto, sentia uma dor intensa. Era como se Davenga estivesse sofrendo mesmo, e fosse ela a culpada. Depois então, os dois ainda de corpos nus, ficavam ali. Ela enxugando as lágrimas dele.[...] Nada restava a fazer, a não ser enxugar o gozo-pranto de seu homem (EVARISTO, 2015, p. 23).

Ana, na condição de mulher de bandido, vivia à espera de notícias e sabia que poderiam ser más notícias, já que o casal vivia em um ambiente que sempre havia anúncio de ações violentas. Na festa, ela tem em suas lembranças que aqueles homens, que agora dançavam samba em seu barraco, antes não gostavam dela, porque ela era protegida de Davenga e sabia de todos os segredos da milícia.

Fazendo variações de momentos de violência e de tranquilidade, há uma passagem do conto em que Ana recorda que conheceu Davenga durante uma festa de samba. Ele havia acabado de assaltar um deputado, e o narrador descreve que o criminoso sentia prazer em ver a cara de desespero de suas vítimas e só por isso assaltou o moço. Por outro lado, como a querer mostrar a faceta amorosa do bandido, quando se conheceram, Davenga pagou uma bebida para a Ana e logo em seguida a levou para seu barraco, e ela nunca mais foi embora. Com o transcorrer do tempo, Ana decide assumir o nome do marido, tornando-se “Ana Davenga”.

Cabe destacar que Ana foi até o barraco de Davenga e de lá nunca mais saiu, embora o conto não narre os motivos que a fizera ela permanecer lá para sempre, tudo indica que se deva a submissão do parceiro, o que, por sua vez, Bourdieu (2007) denomina de poder simbólico: “[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. (p. 14).

O conto revela que antes de Ana, seu marido namorou uma moça evangélica, filha de um pastor e fanática pelos cultos da bíblia, cujo nome era Maria Agonia. Entretanto, ele queria se casar com a moça, que não aceitou seu pedido, devido à vida criminosa de Davenga. Revoltado, ele matou a moça com muitos tiros e revelou que não desejava uma mulher só para diversão, mas também para construir uma família ao seu lado.

O fato de Davenga ficar contrariado com o “não” de Maria Agonia traz à tona o seu caráter machista, a tal ponto de tirar a vida da moça. Nesta questão observa-se a impregnação da violência física quanto simbólica. Esse poder, segundo Cardoso e Silva (2017, p. 6) é praticado pelo dominador, em uma relação de hierarquia, para impor o modo de pensar ao reprimido. Logo, ainda de acordo com os dois autores, “a violência simbólica é o ato de atrocidade intelectual, ocasionalmente seguida de agressão moral e física, sofrida por relações consideradas hierárquicas, em que um sujeito sente uma superioridade em relação ao outro. (p. 6).

Faz-se necessário destacar, no entanto, que mesmo que Davenga estabeleça domínio sobre Ana, ela não pode ser considerada inocente a respeito de quem é o seu companheiro. Afinal, na primeira noite em que ficam juntos no barraco, Davenga conta para ela a respeito de suas atividades de bandido, inclusive o assassinato de Maria Agonia e, mesmo assim, ela não hesita em continuar com ele, ou quem sabe teria ela ficado com medo de partir, evidenciando ser vítima da violência simbólica que o companheiro representa a ela.

Na análise de Duarte (2018), o conto *Ana Davenga* se constrói a partir de clima constante de mistério. A voz narrativa é feminina e fala de dentro dos sentimentos e das inquietações da personagem. A história de Ana só difere das demais porque é dada a ela a escolha de traçar seu caminho, de escolher o homem, de se rebatizar. Verifique-se: “Ana estava feliz. Só Davenga mesmo para fazer aquilo. E ela, tão viciada na dor, fizera dos momentos que antecederam a alegria maior um profundo sofrimento” (EVARISTO, 2016, p. 29).

Cabe aqui lembrar que o termo “ela tão viciada na dor” simboliza uma mulher vitimada por dominações simbólicas e pela vida. Portanto, a prática da violência simbólica remete fundamentalmente às possessões verbais e sociais para se concretizar por intermédio da aceitação e reprodução de seus signos no plano real das relações humanas (MACHADO; SANTOS, 2017, p. 4).

A proteção que Davenga oferecia à Ana trata-se nada mais, nada menos, do que o de fixar um posicionamento do homem negro no que concerne à virilidade ao enxergar-se “dono” do corpo da mulher. Ana era subalterna, silenciada, não podia falar sobre o que acontecia em seu dia a dia, vivia no mundo do crime junto ao homem que amava. Além disso, ao sentir-se “dono do corpo de Ana”, seguindo a acepção de Sardemberg (2011, p. 75), Davenga estaria inferiorizando-a, tornando-a “a ‘raça inferior’ de gênero”.

Ela **era cega, surda e muda no que se referia a assuntos** deles. Ele entretanto, queria dizer mais uma coisa: qualquer um que bulisse com ela havia de **morrer sangrando nas mãos dele feito porco capado**. Os amigos entenderam. E quando o desejo aflorava ao vislumbrar os peitos-maçãs salientes da mulher, algo como uma dor profunda doía nas partes debaixo deles. O desejo abaixava então, esvanecendo, diluindo a possibilidade de ereção do prazer. E Ana passou a ser quase uma irmã que povoava os sonhos incestuosos dos homens comparsas dos delitos e dos crimes de Davenga (EVARISTO, 2016, p. 22, grifos nossos).

No enunciado acima, destaca-se alguns termos que revelam a violência simbólica, ou seja, o domínio de Davenga sobre o seu espaço e sobre os seus companheiros. O barraco que funciona como o quartel-general do grupo é o espaço físico dominado por Davenga, ele é o chefe do local e é quem determina as regras.

Dá-se a entender por meio da voz narrativa que existia um temor de que Ana seduzisse outros homens assim como Davenga foi seduzido. A narrativa inicia-se com um erotismo atribuído à mulher negra, haja vista que Ana é descrita como uma mulher que despertava a cobiça e o desejo nos comparsas de Davenga, todavia eles tentavam não perceber a vida e as delícias que emanava por todo o corpo da mulher. Nenhum dos homens da favela deveria olhar para Ana, a mulher de Davenga, do contrário, poderia morrer.

O ápice da violência no conto ocorre quando a festa de samba acabou e Ana e seu marido foram para o quarto:

Já estavam para explodir um no outro, quando a porta abriu violentamente e dois policiais entraram de arma em punho. Mandaram que Davenga vestisse rápido e não bancasse o engraçadinho, porque o barraco estava cercado. Outro policial do lado de fora empurrou a janela de madeira (EVARISTO, 2016, p. 30).

A narrativa acima revela claramente a violência física tão intensamente escancarada pelos policiais. Davenga, que jamais aceitou a possibilidade de ir para a cadeia, resolveu agir:

Davenga vestiu a calça lentamente. Ele sabia estar vencido. E agora o que valia a vida? O que valia a morte? Ir para a prisão, nunca! A arma estava ali, debaixo da camisa que ele ia pegar agora. Poderia pegar as duas juntas. Sabia que este gesto significaria a morte. Se Ana sobrevivesse à guerra, quem sabe teria outro destino? [...] **Na favela, os companheiros de Davenga choravam a morte do chefe e de Ana, que morreram ali na cama, metralhada**, protegendo com as mãos um sonho de vida que ela trazia na barriga (EVARISTO, 2016, p. 30, grifos nossos).

Ana, que ocultou sua gravidez ainda no início, não pôde vivenciar sua maternidade, visto que violência física a interrompeu. Cardoso e Silva (2017, p. 14), salientam que ao contrário do que é possível encontrar nos textos literários tradicionais, a experiência da maternidade da personagem, pela sua cruel interrupção, opõe-se intensamente com o sonho idealizado sobre maternidade como uma ação “sagrada e estimada pela sociedade, já que o bebê também é morto na

abordagem policial. Assim, a gravidez de Ana é transpassada por ações de extrema violência que a cessam friamente” (p. 14).

O desfecho do conto “Ana Davenga” é trágico, consubstanciando a violência física e simbólica. Conforme análise de Silva (2018, p.83) “a desigualdade de forças é evidente na cena descrita”. Ana, grávida, nua e indefesa, sabendo que nada podia fazer contra os policiais, pensou apenas no bebê que carregava em seu ventre e, em um gesto quase instintivo, “se encolheu levando a mão na barriga, protegendo o filho, pequena semente, quase sonho ainda” (EVARISTO, 2016, p.30).

A violência encenada na narrativa apresentada não consegue alcançar, nem de longe, a brutalidade do mundo real, entretanto o contato obtido com as mortes, físicas e/ ou simbólicas (Davenga, Ana e o policial) revelou, de uma maneira ou de outra, que partilhamos com as personagens dessas narrativas a condição de sermos vidas precárias: “cada um de nós tem o poder de destruir e de ser destruído, e somos unidos uns aos outros nesse poder e nessa precariedade” (BUTLER, 2015, p. 71).

### 3.2 DUZU-QUERENÇA

O conto inicia narrando que Duzu tornara-se uma mendiga fora de si, que acreditava poder voar. Porém, nem sempre tinha sido assim. Duzu chegou à cidade com sua família ainda menina. O sonho do pai, seu Zé Nogueira, era que a menina fosse educada e tivesse um futuro feliz. Para tanto, deixou a educação dela por conta da dona Esmeraldina, que assegurou dar um emprego para Duzu-Querença, enquanto ela continuaria estudando. Confiante nas palavras e promessas da mulher, a família deixou a menina aos cuidados de dona Esmeraldina, que, na realidade, exercia o mister de cafetina. No entanto, isso não aconteceu, e a menina tão somente ajudava na lavagem e na passagem da roupa “das moças” da Dona Esmeraldina.

O que se observa de início neste conto, ainda que a narrativa ocorra em tempos atuais, assemelha-se muito à representação da família patriarcal brasileira, que tem como marca de origem o estabelecimento de uma relação de submissão da mãe pouco mencionada no conto e menina à autoridade do patriarca, já que não se observa contestação ao que ele – ingenuamente, cabe lembrar – supõe ser o mais adequado ao futuro da Duzu menina. Freyre (2006) descreve a família patriarcal

colonial brasileira como uma família chefiada por um patriarca, a figura masculina do pai e senhor, que detém poder sobre seus filhos, esposa, parentes, agregados e escravos, e tal ótica – trocando algumas das filiações elencadas por atividades exercidas na contemporaneidade – persiste na sociedade brasileira.

O pai de Duzu tinha nos atos a marca na esperança. De pescador que era, sonhava um ofício novo. Era preciso aprender outros meios de trabalhar. Era preciso também dar outra vida para a filha. Na cidade havia senhoras que empregavam meninas. Ela podia trabalhar e estudar. Duzu era caprichosa e tinha cabeça para leitura. Um dia sua filha seria pessoa de muito saber. E a menina tinha sorte. Já vinha no rumo certo. Uma senhora que havia arrumado trabalho para a filha de Zé Nogueira ia encontrar com eles na capital. Duzu ficou na casa da tal senhora durante muitos anos. Era uma casa grande de muitos quartos. (EVARISTO, 2016, p. 32).

Duzu, que até então, tinha vivido a pureza de uma existência interiorana, ambientada no meio rural, provavelmente iria sentir saudade das brincadeiras nos rios, o cheiro de frutos que vinham das árvores os animais que se moviam ao redor da casa, o cheiro do pó da terra ao cair a chuva. De agora em diante, com sua ida à cidade, iria viver um mundo totalmente diferente. De fato, é o que sucede a ela: a menina de se encantou com a enorme casa, as salas enormes, os muitos quartos.

O que Duzu não tinha conhecimento era que o lugar em que trabalhava, na verdade, era uma casa de prostituição.

Nos quartos moravam mulheres que Duzu achava muito bonitas. Ela gostava de ficar olhando para os rostos delas. Elas passavam muitas coisas no rosto e na boca. Ficavam mais bonitas ainda. [...] A senhora tinha explicado a Duzu que batesse nas portas sempre. Batesse forte e esperasse um “pode entrar”. Um dia Duzu esqueceu de bater na porta e foi entrando. A moça do quarto estava dormindo. Em cima dela dormia um homem (EVARISTO, 2016, p. 33).

Já vivendo na casa de dona Esmeraldina e, pouco a pouco, desvendando os segredos do lugar, Duzu, ao se deparar com um homem e uma mulher se entrelaçando nus e com gemidos que ela não saberia definir ainda se eram de dores ou sei lá o que. O que se sabe ao certo é que isso despertou na menina curiosidade e o convívio com estas cenas a levou a iniciar-se na prostituição.

Na acepção de Duarte (2018), “Duzu-Querença” é uma narrativa de formação. Nela, acompanha-se o crescimento da menina, como empregada do bordel, a descoberta do segredo dos corpos suados, a vida prostituta.

[...] Um dia quem abriu a porta foi D. Esmeraldina. Estava brava. Se a menina quisesse deitar com homem podia. Só uma coisa ela não ia permitir: mulher deitando com homem, debaixo do teto dela, usando quarto cama, e ganhando dinheiro sozinha! Se a menina era esperta, ela era mais ainda. Queria todo o dinheiro e já! Duzu naquele momento entendeu o porquê do homem lhe dar dinheiro. Entendeu o porquê de tantas mulheres e de tantos quartos ali. Entendeu o porquê de nunca mais ter conseguido ver a sua mãe e seu pai, e de nunca D. Esmeraldina ter cumprido a promessa de deixá-la estudar. E entendeu também qual seria a sua vida. É ia entrar-entrando sem saber quando e porque parar (EVARISTO, 2016, p. 34).

Duzu entra na prostituição ainda menina, de início devia sentir-se incomodada ao deitar-se com homens que teriam a idade para ser seu pai, ou por ter que fazer coisas estranhas, quem sabe contrárias ao seu gosto, coisas esquisitas para ela. Ademais, estas cenas, são caracterizadas como violência simbólica contra a adolescente. Trata-se de episódios que revelam como muitas meninas e adolescentes brasileiras sobrevivem da prostituição, sobretudo em lugares onde prevalece a pobreza.

Dona Esmeraldina levou em conta que Duzu gostava do que fazia, e a partir de então, ou a menina trabalhava como prostituta para ter casa e comida, ou ela teria que deixar a casa. Em uma cidade grande e desconhecida, Duzu só tinha uma escolha, e foi assim que suas brincadeiras de infância foram substituídas por roupas sensuais, preservativos e homens nus abusando física e moralmente do seu corpo frágil.

Duzu-Querença teve sua infância interrompida; enquanto as meninas de sua idade ainda brincavam de bonecas, ela era violentada pelos clientes da pensão onde morava. Em um mundo de pedofilia, violência e prostituição, Duzu começou a aprender sobre a vida, sobre o mundo e sobre como se defender. Virou prostituta por não ter voz, não ser ouvida todas as vezes que disse que foi estuprada (PAIM; UMBCH, 2017, p. 6).

Duzu, com o passar dos anos, começou a ganhar dinheiro com a prostituição, conquistou muitos fregueses e ganhou fama. Passou por inúmeras casas de prostituição e trabalhou na difícil vida de mulher da vida por muitos anos, vivenciando a violência, exploração, drogas e assassinatos.

Duzu morou ali por muitos anos e de lá partiu para outras zonas, acostumou-se aos gritos das mulheres apanhando dos homens, ao sangue das mulheres assassinadas. Acostumou-se às pancadas dos cafetões, aos mandos e desmandos das cafetinas. Habitou-se à morte como uma forma de vida. (EVARISTO, 2016, p. 34).



O que se observa no conto de “Duzu Querença” é que existe uma brutal violência física contra a mulher. Violência está que ocorre costumeiramente na sociedade brasileira, por mais que avanços tenham sido conquistados, como, por exemplo, por meio da promulgação da “Lei Maria da Penha”. Apesar da legislação que visa a proteger a mulher, ainda se vive uma proliferação de violência contra o sexo feminino em todos os segmentos, sobretudo nas camadas menos favorecidas.

Ademais, com o passar dos anos Duzu, continuou pobre e vivendo em favela, teve nove filhos, todos eles habitando em morros. E todos seus filhos tiveram filhos, o que acabou lhe dando muitos netos. Seus netos preferidos eram “Angélico, Tático e Querença” (EVARISTO, 2016, p. 34).

Já em idade avançada, Duzu começou a enlouquecer depois que seu neto Tático morreu aos 13 anos. “Ele havia sido apanhado de surpresa, por um grupo inimigo, era tão novo [...]” (EVARISTO, 2016, p. 34). A narrativa mostra ao leitor a perda da consciência da personagem: Duzu começou a recordar as fantasias de faz-de-conta da infância e as lembranças começaram a se embarçar com a vida real. Fez uma fantasia de carnaval com restos de lixo e se imaginou na “ala das baianas” quando caiu sobre a escadaria da igreja e morreu.

Sobre a vida de Duzu é possível concluir que desde menina teve uma vida de percalços, visto que andou lado a lado da miséria, da brutalidade masculina aliada a prostituição a que seu corpo sempre fora submetido às torpezas de uma vida prostituída. Esta mulher teve filhos, netos, que em alguns momentos alegam sua vida. Porém a juventude foi, aos poucos, cedendo lugar ao envelhecimento da face e corpo. O tempo sugou suas energias e resquícios de esperança de uma vida melhor, levando-a, enfim, à perda da razão.

### 3.3 MARIA

O conto “Maria” relata a história de uma empregada doméstica que entra em um ônibus na volta do trabalho e depara-se com assaltantes, assustando-se ao ver que um deles é o ex-marido, pai de seu filho mais velho. A narrativa mistura pensamentos, sentimentos e diálogos entre a personagem e o homem. No meio da

ação dos bandidos, eles conversam sobre o filho, a vida que dividiam no passado, e ela demonstra que sente saudade do amor do ex-companheiro.

A narrativa também apresenta outras características da personagem. Maria é uma mulher negra e pobre, trabalha como doméstica no centro da cidade para uma família rica, condição que distingue do dia a dia de ricos e pobres no Brasil. Ela está voltando para o barraco no morro onde vive com seus filhos, e o tipo de moradia na qual por si só revela sobre sua exclusão social na vida da cidade.

Quando o ônibus apontou lá na esquina, Maria abaixou o corpo, pegando a sacola que estava no chão entre as suas pernas. O ônibus não estava cheio, havia lugares. Ela poderia descansar um pouco, cochilar até a hora da descida. Ao entrar, um homem levantou lá de trás, do último banco, fazendo um sinal para o trocador. Passou em silêncio, pagando a passagem dele e de Maria. Ela reconheceu o homem. Quanto tempo, que saudades! Como era difícil continuar a vida sem ele. Maria sentou-se na frente. O homem sentou-se a seu lado. Ela se lembrou do passado (EVARISTO, 2016, p. 40).

Durante a viagem no ônibus, em meio as recordações, foi surpreendida com um homem que estava ao seu lado que “levantou rápido sacando a arma. Outro lá atrás gritou que era um assalto” (EVARISTO, 2016, p. 40). Mesmo cansada depois de um dia inteiro de labuta, ela acaba reconhecendo o assaltante como seu ex-companheiro. Este lhe trouxera a recordação de um passado que certamente tinha proporcionado prazeres e desprazeres, visto que com ele tivera um filho, mas nem mesmo tal situação impediu que o homem acabasse por abandoná-los.

Maria sentiu medo, que algo trágico pudesse lhe acontecer, pois tinha três filhos que dela necessitavam: “O mais velho, com onze anos, era filho daquele homem que estava ali ao seu lado com uma arma na mão. O de lá de trás vinha recolhendo tudo” (EVARISTO, 2016, p. 40). Maria ficou estarecida enquanto o ônibus seguia viagem “Havia o silêncio de todos no ônibus. Apenas a voz do outro se ouvia pedindo aos passageiros que entregassem tudo rapidamente” (EVARISTO, 2016, p. 40).

O medo da vida em Maria ia aumentando. Ela é a única passageira que não é roubada pelos assaltantes e, por isso, quando os bandidos fogem, os passageiros desconfiam dela. Eles a agridem e a acusam de criminosa, mesmo sem provas de que a mulher teria algum tipo de relação com o ato criminoso. Maria então, passa a ser humilhada pelas pessoas que estão no ônibus, e tal acontecimento é uma forma de a violência simbólica manifestar-se.

Pra Pierre Bourdieu, a violência simbólica, manifesta-se como a humilhação, a ofensa, a ameaça, o constrangimento e o desprezo. Isso fica evidente na seguinte passagem: “Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões! [...] Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher. Alguém gritou: Lincha! Lincha! Lincha!... Uns passageiros desceram e outros voaram em direção à Maria (EVARISTO, 2016, p. 42).

O conto deixa evidente também a violência física sofrida por Maria. Este tipo de violência, segundo Michaud (1989), ocorre quando:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em participações simbólicas e culturais (1989, p. 10).

A história da Maria nada mais é do que um comparativo com a sociedade atual brasileira que marginaliza e faz pré-julgamento das pessoas que não se encaixam nos padrões financeiros, estéticos e culturais. Verifique-se a fala de um dos passageiros, que representa uma ala mais esclarecida da sociedade que busca contemporizar: “[...] Calma pessoal! Que loucura é esta? Eu conheço esta mulher de vista. Todos os dias, mais ou menos neste horário, ela toma o ônibus comigo. Está vindo do trabalho, da luta para sustentar os filhos...” (EVARISTO, 2016, p. 42). Apesar de um dos passageiros reconhecer e alertar os demais que Maria é uma trabalhadora, o apelo foi ignorado.

Na observação de Tondo (2018), as agressões contra Maria podem ser explicadas pela herança de uma cultura de violência contra negros e pobres. A violência física e psicológica contra Maria apenas revela uma abolição mal elaborada, feita para atender os interesses dos proprietários, e o desprezo e a falta de inserção social, que são resultados da não inserção do ex-escravo na sociedade brasileira depois do 13 de maio. Vale acrescentar que, para Oliven (1986), as vítimas mais frequentes de violência nas cidades são as classes dominadas. São vítimas de sequestros, tráfico de drogas, balas perdidas, linchamentos, preconceitos e discriminações.

A violência física e simbólica explode contra Maria na sequência de gestos, atos e palavras e se paralisa na imagem da mulher linchada sem direito à defesa “Lincha! Lincha! Lincha! Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos.

A sacola havia arrebentado e as frutas rolavam pelo chão. Será que os meninos iriam gostar de melão? [...] Por que estavam fazendo isto com ela? (EVARISTO, 2016, p. 42). Mesmo agonizando a pobre mãe vê as frutas, que com carinho iria levar para seus filhos, rolaem no chão do ônibus.

Fica evidente o afeto que Maria nutria pelos seus filhos, bem como demonstra se tratar de uma mulher que não trazia em sua personalidade sentimentos de amargura, visto que desejava dizer ao filho que seu pai havia mandado um beijo. “Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado. Maria queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho (EVARISTO, 2016, p. 42).

Manifesta-se como violência simbólica o fato de Maria ter sido submetida a insultos machistas e racistas no ônibus tão somente por conhecer um dos assaltantes. A violência verbal termina em violência física, o linchamento como forma de remissão da violência simbólica que os demais passageiros que participaram da execução necessitam. O linchamento de Maria acaba por revelar um dos grandes problemas das grandes cidades brasileiras que é a descrença no poder público e o desejo de fazer justiça com as próprias mãos.

O conto analisado mostra o quanto a violência e o preconceito estão presentes na sociedade brasileira, uma sociedade que aboliu a escravidão mas permanece endossando valores racistas, uma sociedade, em suma, que ainda está impregnada das marcas do preconceito étnico, da qual a mulher afrodescendente – já vítima por conta do gênero - é a vítima mais costumeira.

### 3.4 ANÁLISE DOS CONTOS: VIOLÊNCIA FÍSICA E SIMBÓLICA

Nos três subtítulos acima, foram analisada as violências física e simbólica nos contos “Ana Davenga”, “Duzu-Querença” e “Maria”, os quais, respectivamente, tratam de uma favelada, morta por tiros da polícia no dia de seu aniversário; uma migrante desterrada e que é prostituída ainda menina; e uma mãe de três filhos, morta em linchamento em um ônibus durante um assalto.

No que se refere ao conto “Ana Davenga”, a narrativa evidencia que a condição de mulher da personagem revela uma fragilidade relativa ao se submeter à dominação de Davenga, seu amado, e com ele acaba tendo um fim cruel.

Observa-se na personagem de Ana uma intensa violência simbólica vivida junto ao seu companheiro. A violência simbólica, para Bourdieu, refere-se ao exercício do poder simbólico. “O poder de impor-se mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários – embora ignorados como tais da realidade social” (BOURDIEU; 2017).

Ana, mulher negra, era mulher intensa, envolvente, feliz, símbolo da liberdade, e apaixona-se por Davenga, o bandido da comunidade. Não obstante, ela tinha conhecimento do que seu companheiro era capaz, pois ele mesmo lhe havia contado que matar a Maria Agonia, sem pestanejar. Dessa forma, isso poderia ocorrer com ela também. É inegável, portanto, que Ana estava submetida ao poder de Davenga.

Esse poder é praticado pelo dominador, em uma relação de hierarquia, para impor o modo de pensar ao reprimido. Esse poder permanece encravado por ser legalizado. Por conseguinte, a violência simbólica é o ato de atrocidade intelectual, ocasionalmente seguida de agressão moral e física, sofrida por relações consideradas hierárquicas, em que um sujeito sente uma superioridade em relação ao outro, ora por questões raciais, de gênero, de religião, de classe, familiares, entre outras relações hierárquicas arroladas do domínio/ poder e/ou preconceito (CARDOSO; SILVA, 2017, p. 5).

Em se tratando do final trágico do conto, há que destacar que, ainda que Davenga fosse um bandido e fosse um perigo aos policiais, tanto na ficção quanto na realidade, a atividade da polícia não consiste em tirar a vida dos que estão à margem da lei. Por mais que Ana significasse ser cúmplice das ações de Davenga, não oferecia perigo aos policiais. Portanto, o que se nota na narrativa é certa acusação do narrador de Conceição sobre atos violentos e resistência sucedida de morte, como é rotulado o homicídio feito especialmente por policiais nas grandes cidades e que tenta explicar o elevado número de genocídio dos jovens negros no Brasil.

No conto de “Duzu Querença”, a violência física se expressa nitidamente, uma vez que ainda menina fora violentada pelos clientes da pensão de Dona Esmeraldina. “Um dia o homem estava deitado nu e sozinho. Pegou a menina e jogou na cama. Duzu não sabia ainda o ritmo do corpo, mas, rápida e instintivamente, aprendeu a dançar” (EVARISTO, 2016, p. 33). Duzu foi estuprada e silenciada, e a voz dela não foi ouvida. Quando a cafetina descobriu que o homem havia abusado da menina, ignorou tal fato.

Duzu vivera em um mundo de violência e prostituição, a personagem teve que aprender como sobreviver num ambiente promíscuo e perigoso. Ela foi a personagem que menos teve opções na vida, visto que foi introduzida à prostituição sem ao menos saber que estava adentrando nesse universo. Duzu, ainda menina, foi morar em uma casa de prostituição sem ter conhecimento. Ainda adolescente, via as cenas de sexo entre homens e mulheres e não entendia por que aquilo estava acontecendo ali onde ela morava. Até que então, pela primeira vez, ela foi vítima de um pedófilo, pois “Teve um momento em que o homem chamou por ela. Vagarosamente ela foi se aproximando. Ele, em cima da mulher, com uma das mãos fazia carinho no rosto e nos seios da menina.” (EVARISTO, 2016, p. 33).

Ao analisar a representação da violência contra a mulher no conto “Duzu Querença”, nota-se que, das três personagens escolhidas (Duzu, Ana Davenga e Maria), ela é a que mais sofreu pois o que aconteceu em sua vida configura violência física, psicológica e sexual.

Conforme comentários de Paim e Umbch (2017, p. 11) Duzu “se encaixa em todos os tipos de violência. Contudo, há um parágrafo que resume como Duzu viveu e o que sofreu”.

Duzu morou ali muitos anos e de lá partiu para outras zonas. Acostumou-se aos gritos das mulheres apanhando dos homens, ao sangue das mulheres assassinadas. **Acostumou-se às pancadas dos cafetões**, aos mandos e desmandos das cafetinas. Habitou-se à morte como uma forma de vida (EVARISTO, 2014, p. 34).

O corpo de Duzu, no conto, representa o corpo submetido ao prazer e à violência física e simbólica. Entre os dois polos, é possível observar uma troca pífida: na condição de prostituta, ela dava prazer para muitos homens, mas, em troca, sofria toda sorte de violência contra a integridade de seu corpo e a própria psique – o que, talvez, explique, mais tarde, a perda da razão da personagem.

Analisar a representação da violência contra a mulher no conto sobre Duzu, com base na Lei Maria da Penha, só comprova que, das três personagens escolhidas, ela é a mais violentada, uma vez que o que acontece com ela configura violência física, psicológica, patrimonial, sexual e moral, conforme enunciado no artigo 7º da Lei Maria da Penha:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Inegavelmente Duzu foi vítima da violência, física, sexual, patrimonial e moral, em todas as suas formas, como demonstrado no artigo acima. Infelizmente a justificativa hipócrita de grande parte da sociedade é que o que sucedeu à Duzu deve ser considerado natural, pois ela estava ligada à prostituição.

No terceiro conto analisado, há a figura de Maria, que, mesmo sendo inocente dos fatos ocorridos no ônibus, foi insultada e agredida até a morte, porque conversou com um dos homens que havia participado do assalto. Esta violência sofrida pela protagonista reforça não só um preconceito de caráter social, mas do mesmo modo a questão do preconceito racial em relação ao negro, que vem desde a colonização do Brasil e na educação baseada no modelo de ordem patriarcal, em que descendentes de negros ou pobres não têm voz, não tem vontade, tampouco direitos. Segundo a autora, a narrativa evidencia o preconceito étnico e a discriminação existentes contra as pessoas de classes sociais menos favorecidas. Esta referência enaltece o desprezo e a exclusão direcionada principalmente à condição de gênero e de etnia.

A personagem de Maria sofre, além disso, violência moral. A Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha define a violência moral como qualquer

procedimento que configure calúnia, difamação e injúria. Ao ser agredida verbalmente com palavras ofensivas, “Aquela puta” e “aquela negra safada”, Maria é condenada por uma sociedade preconceituosa, composta especialmente de pessoas que ainda consideram o negro como um sujeito inferior.

O conto mostra claramente que a violência vivenciada por Maria teve origem racial, pois é corriqueiro o julgamento precipitado de pobre e negro, simplesmente pela sua condição e pela sua cor. Durante a violência física praticada contra Maria, fica evidente o preconceito dos passageiros. Será que os passageiros, que passaram a violentar Maria teriam a mesma atitude diante de uma mulher branca? Essa pergunta pode ser facilmente respondida ao se levar em consideração todo o contexto histórico da sociedade brasileira e todas as histórias de violência sofridas por pessoas negras no país.

Observa-se que a violência é um tema presente nas três obras analisadas, sobretudo no contexto social em que as obras são narradas. Nos contos apresentados a violência se apresenta de forma simbólica, bem como em forma de violência física. Sob o ponto de vista de Constância Duarte (2010, p. 233), os contos de Conceição [...] são imbuídos “da angústia coletiva, testemunha a banalização do mal, da morte, a opressão de classe, [...]”.

Embora a violência urbana seja atualmente considerada um problema nacional, atingindo todas as classes, a favela é o espaço principal para a ocorrência da violência como mecanismo de dominação masculina e como estratégia de sobrevivência. E este espaço da favela está presente na vida das três personagens.

Em comum, as três personagens Ana, Duzu e Maria Davenga aproximam-se por sofrerem no corpo e psicologicamente a violência que as oprime no ambiente violento da cidade. Todas têm a identidade reprimida por homens machistas que as anulam. As três personagens são submetidas a um poder masculino que ainda faz repercutir antigas marcas da ordem patriarcal. Estas mulheres têm na condição de afrodescendente e mulher o traço que as irmana.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a violência física e simbólica e a marginalização das figuras femininas afro-brasileiras nos contos “Ana Davenga”, “Duzu-Querença”, “Maria”, pertencentes ao livro *Olhos d’água*, da escritora Conceição Evaristo foi o objetivo desta pesquisa.

Dos quinze contos que compõem o livro *Olhos d’água*, foram escolhidos “Ana Davenga”, “Duzu-Querença” e “Maria”. Estes contos foram eleitos, entre as demais narrativas do livro, por apresentarem personagens mulheres, sempre sob o domínio masculino, sofrendo as mais diversas formas de violência.

No conto “Ana Davenga”, a personagem que dá título à narrativa assume seu relacionamento com um chefe do tráfico na favela. A submissão de Ana a seu companheiro Davenga traz a discussão sobre o papel da mulher na sociedade que ainda mantém os valores patriarcais. A violência física se manifesta de forma trágica na vida do casal, levando-os a morte ainda jovens.

Entre as três protagonistas analisadas neste estudo, Duzu é a que mais sofre com a violência. Desde menina, Duzu foi submetida à exploração do trabalho numa casa de prostituição em troca de moradia, alimentação e da promessa de poder estudar e ter uma vida promissora. Enganada pela dona do prostíbulo, novamente é submetida à violência, desta vez, de ordem sexual, porquanto ainda menina iniciou a vida de prostituição.

No terceiro conto analisado, Maria é empregada doméstica, vítima da violência urbana e do preconceito racial. Maria é uma mulher negra e pobre, trabalha no centro da cidade para uma família rica, dados que servem para situar o cotidiano e oportunidades de ricos e pobres no Brasil. As formas de violência que a personagem sofre são de caráter social e moral. A primeira, o trabalho doméstico, como forma de inferiorização e exploração. A história da Maria nada mais é do que um comparativo com a sociedade atual brasileira que marginaliza e faz pré-julgamento das pessoas que não se encaixam nos padrões financeiros, estéticos e culturais.

Em síntese, nos contos selecionados para este estudo, evidenciam-se discussões relacionadas à situação da mulher na sociedade, especialmente da mulher negra e pobre sob a égide de uma brutal violência de companheiros, conhecidos e desconhecidos. Violência que repetidas vezes se realiza pela

agressão física – face mais visível contra o corpo – e pela violência simbólica, psicológica, que não produz marcas externas, no entanto machuca internamente, deixando indelevelmente marcas no psicológico das protagonistas.

A violência encenada nos três contos não consegue alcançar, nem de longe, a violência do mundo real, entretanto o contato obtido com as mortes, físicas e/ou simbólicas revelou, de uma maneira ou de outra, que compartilhamos com as personagens dessas narrativas a condição de sermos vidas comprometidas com a miséria humana, cada um de nós tem o poder de destruir e de ser destruído, e somos unidos uns aos outros nesse poder e nesse mundo incerto.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cunha, ROCHA, Tânia. **O preço do silêncio**: mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista, BA: Edições Uesb, 2007

ARAÚJO, Carlos Sidney Avelar. **Violência simbólica nos editais de seleção de programas de pós-graduação**: uma abordagem linguístico-sociológica. Mestrado. 126 f. (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades, da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2013.

BALISA, Fernanda Francisca; DAVID, Nismária Alves. A violência contra a mulher negra no conto “Maria”, de Conceição Evaristo. **Litterata**, Ilhéus, v. 7, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uesc.br/index.php/litterata/article/view/1478>>. Acesso em: 25 out. 2019.

BOTTON, André Natã Mello. Relações de “identidade” no conto “Ana Davenga”, de Conceição Evaristo. **Revista Fronteira Z**, n. 22, julho de 2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/fronteiraz/article/view/37331/28980>>. Acesso em: 25 out. 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 7 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Atlas da violência 2018. **IPEA-Instituto de pesquisa econômica aplicada**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33410&Itemid=432](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432)>. Acesso em: 19 set. 2019a.

BRASIL. Conheça as medidas protetivas previstas pela Lei Maria da Penha (2018). **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/conheca-as-medidas-protetivas-previstas-pela-lei-maria-da-penha/>>. Acesso em: 30 out. 2019b.

BROOKSHAW, David. **Raça & cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques de Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, Sebastião Marques; SILVA, Elen Karla Sousa da. Representações da violência no conto "Ana Davenga", de Conceição Evaristo. **Revista da Anpoll**, n. 43, Florianópolis, jul./dez. 2017, p. 59-74.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. Preconceito e discriminação, estereótipos e estigmas. In: CARVALHO, Ana Paula Comin; SALAINI Cristian Jobi; ALLEBRANDT, Débora; MEINERZ, Nádia Eliza; WEISHEIMER. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

CÔRTEZ, Cristiane. Diálogos sobre escrevivência e silêncio. In: DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A. (Orgs.) **Escrevivências**: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Idea, 2018, p.51-60

COSTA, Marta Cocco da; LOPES, Marta Julia Marques; SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli. Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, 19(1) Jan./Mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v19n1/1414-8145-ean-19-01-0162.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2019.

DAVID, Nismária Alves; BALISA, Fernanda Francisca. A violência contra a mulher negra no conto "Maria" de Conceição Evaristo. **Litterata: Revista do Centro de estudos Hélio Simões**, v., jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uesc.br/index.php/litterata/article/view/1478>>. Acesso em: 4 out. 2019.

DUARTE, Constância Lima; CORTÊS, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário. **Escrevivências**: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Idea, 2018.

DUARTE, Constância Lima. **Gênero e violência na literatura afro-brasileira**. (2018). LITERAFRO. Disponível em: <[www.letras.ufmg.br/literafro](http://www.letras.ufmg.br/literafro)>. Acesso em 10 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Marcas da violência no corpo literário feminino. In: DUARTE, Constância Lima; CORTÊS, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário. **Escrevivências**: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Idea, 2018.

\_\_\_\_\_. **Literatura e afro-descendência no Brasil**: antologia crítica. v. 4 (Humanistas). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

\_\_\_\_\_. Gênero e violência na literatura afrobrasileira. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio; DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis (orgs.). **Falas do**

**outro:** literatura, gênero, etnicidade. Belo Horizonte: Nandyala; NEIA, 2010. p. 229-234.

\_\_\_\_\_. “Escrevivência” em *Becos da memória*, de Conceição Evaristo. **Estudos Feministas**, mai./ago., Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n2/19.pdf>>. Acesso em: 1 de out. 2019.

\_\_\_\_\_. O *Bildungsroman* afro-brasileiro de Conceição Evaristo. **Rev. Estud. Fem**, v.14, n. 1, Jan./abr. Florianópolis, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2006000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100017)>. Acesso em: 1 de out. 2019.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. **Grupo de estudos em literatura brasileira contemporânea**. Disponível em: <<http://gelbcunb.blogspot.com/2016/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>>. Acesso em: 14 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Canção para ninar menino grande**. São Paulo: Ed. Unipalmes, 2018.

\_\_\_\_\_. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

\_\_\_\_\_. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006. 2. ed. Pallas, 2017.

\_\_\_\_\_. **Histórias de leves enganos e parencças**. Rio de Janeiro: Malê, 2016. 2.ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

\_\_\_\_\_. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

\_\_\_\_\_. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

FREITAS, Lúcia; PINHEIRO, Veralúcia. Narrativas de violência de gênero em acórdãos do STJ sobre Lei Maria da Penha. **Linguagem e Direito**, v. 4(2), 2017, p. 36-49.

GALLINDO, Ícaro Felipe Santiago. **Identidade negra e violência contra a mulher em Olhos d'água, de Conceição Evaristo**. 49 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Licenciatura em Letras da Unidade Acadêmica do Recife (Sede) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Recife, 2018.

LIMA, Ana Carla da Silva; MELO, Henrique Furtado de. Em nome da violência: uma leitura de *Natalina Soledad* de Conceição Evaristo. **REVELL**, v.3, n.20, dezembro de 2018.

MACHADO, Daiana Aparecida; SANTOS, Rodrigo dos. Violência simbólica, negritude e rendimento escolar. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro SP, 4 (1), 2017, p. 214-229. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/50/26042017193331.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o campo da comunicação: por uma teoria da comunicação praxiológica**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS. 2005, p. 86.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Nova Iorque, CERD, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvIntElimTodForDiscRac.html>. Acesso em: 05 out. 2019.

PAIM, Luciane de Lima; UMBACH, Rosani Ketzer. Duzu-Querença, Salinda e Luamanda: uma representação da violência contra a mulher em Olhos D'água, de Conceição Evaristo. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, Dossiê n. 20: Ressignificando histórias, p. 175-188, jul. 2017.

PASSOS, E.; ROCHA, N.; BARRETO, M. Gênero e educação. In. COSTA, A. A. A.; RODRIGUES, A. T.; VANIN, I. M. **Ensino e gênero perspectivas transversais organização**. Salvador: UFBA – NEIM, 2011. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

PERBONI, A. A. R.; VAUCHER, R. **A evolução da mulher no mercado de trabalho no Brasil**. (2013). Disponível em: <http://www.fag.edu.br/ecci2013/arquivos/anais/>. Acesso em: 11 out. 2019.

PEREIRA, Rodrigo da Rosa. A periferia em Conceição Evaristo e Esmeralda Ribeiro: questões de gênero, raça e classe. **Estud. Lit. Bras. Contemp.** n. 49, Brasília, set./dez. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-40182016000300033](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182016000300033). Acesso em: 25 out. 2010.

PORTO, P. R. da F. Anotações preliminares à Lei nº 11.340/06 e suas repercussões em face dos Juizados Especiais Criminais. (2006). Disponível em: RECHTMAN, Moysés; PHEBO, Luciana. **Violência contra a Mulher: pequena história da subordinação**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/23591894/Violencia-contra-mulher-pequena-historia-da-subordinacao-pdf>. Acesso em: out. 2019.

RODRIGUES, Ana Caroline Genésio; ALMEIDA, Maria Aparecida Nascimento de. **Recortes da subalternização feminina em Olhos d'água de Conceição Evaristo**. XIII CONAGES. Disponível em:

<[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/trabalho\\_ev112\\_md1\\_s a7\\_id321\\_24042018105730.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/trabalho_ev112_md1_s a7_id321_24042018105730.pdf): Acesso em: 14 out. 2019.

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma Questão de gênero**. São Paulo: Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**. 2011; (16). Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SALAINI, Cristian Jobi. Desigualdades étnico-raciais no Brasil. In: CARVALHO, Ana Paula Comin; SALAINI Cristian Jobi; ALLEBRANDT, Débora; MEINERZ, Nádia Eliza; WEISHEIMER. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: InterSaberes, 2012. Livro eletrônico. Disponível em: <[https://www.academia.edu/11634270/Editor\\_de\\_arte\\_Projeto\\_gr%C3%A1fico](https://www.academia.edu/11634270/Editor_de_arte_Projeto_gr%C3%A1fico)>. Acesso em: 05 out. 2019.

SANSONE, Livio. Racismo sem etnicidade: políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada. **Dados, Rio de Janeiro**, v. 41, n. 4, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581998000400003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000400003)>. Acesso em: 05 out. 2019.

SANTANA, V. C.; BENEVENTO, C. T. Conceito de gênero e suas representações sociais. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Año 17, n. 176, Enero de 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/htm>>. Acesso em: 05. out. 2019.

SANTOS, José Vicente Tavares do. A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. [Online], Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/6169>>. Acesso em 10 out. 2019.

SARDENBERG, Cecilia M. B. A igualdade racial na perspectiva da interseccionalidade de gênero, raça e etnia. In. **Ensino e gênero perspectivas transversais organização**. Salvador: UFBA – NEIM, 2011. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2019.

SARDENBERG, Cecilia M. B.; MACEDO, M. S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In. COSTA, A. A. Alcantara; RODRIGUES, A. T.; VANIN, I. M. **Ensino e gênero perspectivas transversais organização**. Salvador: UFBA – NEIM, 2011. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/ L.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2019.

SILVA, Lara Ferreira da; OLIVEIRA, Luizir de. O Papel da Violência Simbólica na Sociedade por Pierre Bourdieu. **Rev. FSA, Teresina**, v. 14, n.3, art. 9, mai./jun. 2017, p. 160-174.

SILVA, Franciane Conceição. **Corpos dilacerados: a violência em contos de escritoras africanas e afrobrasileiras** / Franciane Conceição da Silva. Belo Horizonte, 2018. 210 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**, v. 17. N. 39.. mai. – ago. 2017, p. 203-219. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n39/v17n39a02.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2019.

SOUZA, Adriana Soares de. **Costurando um tempo no outro: vozes femininas tecendo memórias no romance de Conceição Evaristo**. Dissertação. (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95939/299736.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 1 out. 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/1FHVq4Dhb37YTfr6vLBGk8b\\_S85lil02s/view?ts=5ba4238e](https://drive.google.com/file/d/1FHVq4Dhb37YTfr6vLBGk8b_S85lil02s/view?ts=5ba4238e)>. Acesso em: 10 set. 2018.

STOLLER, R. **Masculinidade e feminilidade** (apresentações de gênero). Porto Alegre: Artmed, 1993.

TONDO, Marlei Castro. **A violência contra as personagens femininas nos contos de Olhos d'Água da escritora afro-brasileira Conceição Evaristo**. 2018. 99 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Literatura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2018.

TORRES, Bolívar. Conceição Evaristo, celebrada por usar suas experiências de mulher negra na escrita, lança novo livro. **O Globo Cultura**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/conceicao-evaristo-celebrada-por-usar-suas-experiencias-de-mulher-negra-na-escrita-lanca-novo-livro-23245806>>. Acesso em: 25 out. 2019.

WENDLAND, Henrique Klassmann. Fundamentos conceituais e hermenêuticos para aplicação da Lei Maria da Penha. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 96, jan. 2012. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/27406/fundamentos-conceituais-e-hermeneuticos-para-aplicacao-da-lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 7 out. 2019.